



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo –
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E/OU A ELAS EQUIPARADAS – art. 48, I, da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 636 de 23 de fevereiro de 2026.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28.2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03.2026

DATA: **01.07.2026 – No primeiro dia do mês de julho de dois mil e vinte e seis – quarta-feira.**

HORÁRIO: **08:30h - oito horas e trinta minutos** – HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

Modo de disputa – aberto

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DAS ADEQUAÇÕES DE ACESSIBILIDADE NAS UNIDADES ESCOLARES E.M.E.I. ARAMINA E E.M.E.I. FAUZA JORGE DAVID, SITUADAS NO MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO TÉCNICO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ELABORADOS PELO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA PARA A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO.

LEGISLAÇÃO: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº. 3.964/2024 (https://dosp.com.br/exibe_do.php?i=NDQzMTA0) e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

LOCAL E HORÁRIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: Sessão pública, por meio da *internet*, através do site <https://araminasp.dcfiorilli.com.br:879/comprasedital/>, realização da licitação na modalidade CONCORRÊNCIA de forma ELETRÔNICA.

O público poderá acompanhar ao vivo a sala de disputa através do mesmo endereço eletrônico, clicando em:

03. Público – 03.01. Licitação Eletrônica – clicar na licitação em andamento – Sala de Disputa

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 73.934,21 – SETENTA E TRÊS MIL, NOVECENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS E VINTE E UM CENTAVOS.

PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL: 12 (DOZE MESES).

PRAZO PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO: 02 (DOIS MESES).

O **EDITAL** na íntegra à disposição dos interessados no Setor de Licitações, situado no endereço que consta no cabeçalho deste.

O Edital também disponível no campo próprio no sistema no site: <https://araminasp.dcfiorilli.com.br:879/comprasedital/>

Aramina, 09.06.2026.

LUÍS SÉRGIO CELESTE JORGE
Prefeito

FÁBIO LIMA DONZELLI
Assessor Executivo



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo –
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

LOCAL: <https://araminaspcdfiorilli.com.br:879/comprasedital/>

O **MUNICÍPIO DE ARAMINA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de ARAMINA, Estado de São Paulo, na RUA DOUTOR BRÁULIO DE ANDRADE JUNQUEIRA, 795 – CENTRO – ARAMINA – SP – CEP: 14.550-000, telefone (16) 3752-7000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 45.323.474/0001-02, por determinação do prefeito LUÍS SÉRGIO CELESTE JORGE, torna público que se acha aberta a licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**.

As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DAS ADEQUAÇÕES DE ACESSIBILIDADE NAS UNIDADES ESCOLARES E.M.E.I. ARAMINA E E.M.E.I. FAUZA JORGE DAVID, SITUADAS NO MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO TÉCNICO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ELABORADOS PELO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA PARA A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO.**

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições de credenciamento constantes deste edital.

2.2. Caso o ramo de atividade no seu ato constitutivo não seja pertinente ao objeto da contratação, e/ou incompleto, a empresa não será credenciada por não atender as condições de credenciamento.

2.1. Não poderão disputar esta licitação:

2.1.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.1.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.1.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.1.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.1.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.1.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.1.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.1.8. agente público do órgão ou entidade licitante;



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo –
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



2.1.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.2. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8. O impedimento de que trata o item 2.1.7. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens [2.1.2. e 2.1.3.](#) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens [2.1.2. e 2.1.3.](#) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.13. A vedação de que trata o [item 2.2.](#) estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.14. Da consulta de sanções impeditivas:

3.14.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) APENADOS TCES - <http://www4.tce.sp.gov.br/publicacoes/apenados/apenados.shtm>

b) CADICON (Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos) – Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União: <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0>;

c) CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) – Empresas e pessoas físicas impedidas de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração, em todas as esferas e nos três Poderes: <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>.

d) CNIA (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade) - https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php, <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

e) CNEP (Cadastro Nacional de empresas punidas) <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>.

3.15. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante como inabilitado, por falta de condição de participação, respeitando o preceituado na Súmula 51 do TCE/SP.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo –
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



site de licitações no endereço eletrônico: <https://araminasp.dcfiorilli.com.br:879/comprasedital/>.

3.2. As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico:

<https://araminasp.dcfiorilli.com.br:879/comprasedital/> e/ou através dos vídeos explicativos abaixo:

Solicitação de Chave de Acesso - <https://youtu.be/Godz7U-9DI4>

Alterar Credenciais de Acesso - https://youtu.be/8Ag_eSI-Usl

CREDENCIAMENTO - https://youtu.be/uHUSOO2_zJE

LANÇAR PROPOSTA - <https://youtu.be/bBAGtmqvBns>

DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO - <https://youtu.be/DyrQkv-EKwo>

SALA DE DISPUTA E CHAT - <https://youtu.be/iD3PYww1-fk>

SALA DE DISPUTA (VOLTAR LANCE) - <https://youtu.be/m98d4Ebv4o>

NEGOCIAR ITEM - <https://youtu.be/qYiWTJy4BAc>

SALA DE DISPUTA-DESEMPATAR LANCE - <https://youtu.be/2fwh6d4RePE>

SALA DE DISPUTA – INTENÇÃO DE RECURSO - <https://youtu.be/7EN2Bw9-BK4>

RECURSO E CONTRARRAZÕES - <https://youtu.be/0b3HFrYHAcs>

3.3. Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento acima citados, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas (horário de Brasília) através dos canais informados no site: <https://araminasp.dcfiorilli.com.br:879/comprasedital/>.

4. PARTICIPAÇÃO/PROPOSTAS/DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO/LANCES:

4.1. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, por meio do sistema eletrônico no sítio: <https://araminasp.dcfiorilli.com.br:879/comprasedital/>.

4.2. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4. **Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional Bolsa Nacional de Compras, poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico: <https://araminasp.dcfiorilli.com.br:879/comprasedital/>**

4.5. Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

4.6. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente decorrida 24 (vinte e quatro) horas, após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo –
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



divulgação.

4.7. Caso exista a necessidade de ser suspensa a concorrência, tendo em vista a quantidade de lotes, o pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

4.8. O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal: <https://araminasp.dcfiorilli.com.br:879/comprasedital/> ou www.aramina.sp.gov.br, link licitações, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. A proposta eletrônica deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio do site: <https://araminasp.dcfiorilli.com.br:879/comprasedital/>, a partir da liberação do edital, até o horário estabelecido neste edital.

5.2. O encaminhamento de proposta pressupõe também pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no edital e seus anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

5.3. As propostas encaminhadas terão prazo de **validade de 60 (sessenta)** dias consecutivos, contados da data da sessão de abertura desta licitação, conforme disposição legal.

5.4. Ao apresentar sua proposta o licitante concorda especificamente com as seguintes condições:

5.5. O objeto ofertado deverá atender a todas as especificações constantes deste Edital e Termo de Referência.

5.6. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico com o **menor preço**.

5.7. O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), **com apenas duas casas decimais (0,00)**.

5.8. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, tais como frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto licitado.

5.9. A proposta de preço deverá ser enviada mediante digitação no sistema eletrônico, por meio de transferência eletrônica de arquivo (upload) ao sistema.

5.10. Ao encaminhar a proposta de preços na forma prevista pelo sistema eletrônico, a licitante deverá preencher as informações de marca e inserir a ficha técnica, sempre que solicitadas pelo pregoeiro quando do cadastramento do edital na plataforma, sendo vedada a identificação do licitante por qualquer meio.

5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até o encerramento do cadastro de propostas.

5.12. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após o julgamento da proposta.

5.13. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.14. **O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.**

5.15. Verificar a condição da empresa, caso ela seja ME/EPP, e informar em campo próprio da plataforma Bolsa Nacional de Compras.



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo –
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



5.16. O licitante que não informar sua condição, antes do envio das propostas, perderá o direito ao tratamento diferenciado.

5.17. Por força da legislação vigente, é vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

5.18. Será desclassificada a proposta que identificar o licitante através da razão social, endereço, telefone ou qualquer outra informação da empresa.

6. ABERTURA DAS PROPOSTAS E LANCES

6.1. A partir do horário previsto no edital e no sistema para cadastramento e encaminhamento da proposta inicial de preços e da documentação de habilitação, terá início à sessão pública, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo sítio já indicado **no item 4**, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

6.2. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.3. Para efeito da disputa de preços, as propostas encaminhadas eletronicamente pelos licitantes serão consideradas lances.

6.4. Cada licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor preçoregistrado, desde que seja inferior ao seu último lance e diferente de qualquer outro valor ofertado para o lote.

6.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.6. Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances.

6.7. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances dos demais participantes.

6.8. Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao pregoeiro a abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de vários lotes da mesma licitação.

6.9. Em regra, a disputa simultânea de lotes obedecerá à ordem sequencial dos mesmos. Entretanto, o pregoeiro poderá efetuar a abertura da disputa de lotes selecionados fora da ordem sequencial.

7. DA DISPUTA

7.1. Será adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o seguinte modo de disputa, de acordo com o estabelecido no portal:

I – Aberto: Com lances com redução mínima de **R\$ 100,00 (cem reais)** em relação ao menor lance.

7.2. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

7.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.6. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo –
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.7. Assim que a etapa de lances for finalizada e o sistema detectar um empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006 a ferramenta inicia a aplicação automática do desempate em favor ME/EPP/MEI, conforme legislação regente.

7.8. O sistema eletrônico informará as propostas de menor preço de cada participante imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

8.1. O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de **"MENOR PREÇO"**.

8.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, bem assim decidir sobre sua aceitação, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

8.3. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.4. Fica estabelecido o prazo de duas horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput.

8.5. Encerrada a negociação, quando se tratar de critério de julgamento menor preço global ou licitação por lote, caberá ao licitante detentor de melhor oferta **entregar a proposta e planilha orçamentária readequadas** por meio de e-mail: licitacao@aramina.sp.gov.br dentro do prazo de **24 (VINTE E QUATRO) horas**, para a devida juntada aos autos licitatórios. Os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente.

8.6. As propostas assinadas por procuração deverão vir acompanhadas do respectivo instrumento;

8.7. Encerrada a etapa de lances da sessão pública e ordenadas as ofertas, o pregoeiro comprovará a regularidade de situação do autor da melhor proposta, avaliada na forma da **Lei n.º 14.133/21**. O Pregoeiro verificará, também, o cumprimento das demais exigências para habilitação contidas neste Edital.

8.8. Será desclassificada a proposta que:

8.8.1. Não atender as exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

8.8.2. Apresentar preço baseado em outras propostas, inclusive como oferecimento de redução sobre a de menor valor;

8.8.3. Apresentar preços excessivos, considerando os valores estimados.

8.8.4. Ofertar proposta de preços com valor diferente do preço informado na proposta comercial;

8.8.5. Não se enquadrarem como microempresa ou empresa de pequeno porte, quando for o caso.

8.9. No caso de desclassificação do licitante arrematante, o novo licitante convocado deverá apresentar documentação e proposta nos mesmos prazos previstos nos EDITAL, a contada convocação pelo pregoeiro através do chat de mensagens.

8.10. A inobservância aos prazos elencados no EDITAL, ou ainda o envio dos documentos de habilitação e da proposta de preços em desconformidade com o disposto neste edital ensejará a inabilitação do licitante e consequente desclassificação no certame, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo Pregoeiro.

8.11. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo –
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

8.12. Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender as exigências fixadas neste Edital.

8.13. O Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido melhor preço;

8.14. Quando se tratar de critério de julgamento por lote ou menor preço global, havendo lances no tempo de disputa da sessão pública, a proposta final de preços do licitante detentor da melhor oferta deverá ter seus valores unitários e totais ajustados de forma que os preços de cada um dos itens não resultem, após os ajustes, inexequíveis ou superfaturados (valores unitários finais acima de qualquer dos valores propostos ou acima dos valores unitários estimados).

8.15. Considerada aceitável a oferta de menor preço serão analisados os documentos de habilitação.

8.16. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, inclusive as exigências de habilitação, o licitante será declarado vencedor do certame pelo Pregoeiro.

9. HABILITAÇÃO

9.1. Todos os documentos relativos à habilitação dos licitantes deverá, obrigatoriamente, ser encaminhada por meio eletrônico, concomitantemente com a proposta de preços inicial, até a abertura da sessão pública, conforme previsto neste edital, por meio eletrônico (upload), preferencialmente no formato (extensões) “pdf”, observado o limite de 6 Mb para cada arquivo, conforme regras de aceitação estabelecidas pela plataforma por meio do site: <https://araminasp.dcfiorilli.com.br:879/comprasedital/>, sob pena de inabilitação se assim o licitante não proceder.

9.2. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9.3. Ficará franqueada vista aos interessados e decorrido o prazo de **30 (trinta) minutos**, será aberto o prazo para manifestação da intenção de interposição de recurso.

9.4. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro dos prazos estabelecidos, acarretará a desclassificação e/ou inabilitação da licitante, bem como as sanções previstas neste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

9.5. Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas, dos documentos enviados na forma constante do **item 9.1.** deverão ser relacionados e apresentados **apenas caso o pregoeiro solicite** e serão entregues no Paço Municipal de Aramina, no endereço que consta no preâmbulo deste Edital **em até 03 (três) dias úteis** após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

9.6. Os documentos poderão ser apresentados em cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração, ou por publicação em órgão da imprensa oficial.

9.7. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

9.8. A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.

9.9. A empresa detentora da proposta de menor preço deverá apresentar os seguintes documentos comprobatórios de habilitação e qualificação:

9.10. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

10. HABILITAÇÃO JURÍDICA



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo –
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



10.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

10.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa;

10.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária ou cooperativa;

10.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária acompanhado de prova da diretoria em exercício;

10.5. Decreto de autorização em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

11.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

11.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual **ou** Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

11.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1.751, de 02/10/2014;

b) Certidão de Regularidade de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços expedida pela Secretaria da Fazenda ou Certidão Negativa de Débitos Tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE 02, de 09/05/2013 (ou outro ato que vier substituí-la) ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei;

c) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças;

11.4. Prova de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social – INSS mediante a apresentação da CND - Certidão Negativa de Débito ou CPD-EN - Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1.751, de 02/10/2014;

11.5. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;

11.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

11.7. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

11.8. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

11.9. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de **eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa**;



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo –
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



11.10. a não-regularização da documentação, no prazo previsto no **subitem 11.9**, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções legais, **procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório**.

12. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

12.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

12.1. Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física.

12.2. Caso o participante deste certame esteja em recuperação judicial, deverá apresentar, durante a fase de habilitação, o plano de recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor.

13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

13.1. Comprovante de inscrição ou registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, ou no Conselho Regional de Técnicos Industriais da sede da proponente, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação.

13.2. No caso de a empresa licitante não ser registrada ou inscrita no CREA, CAU ou C.R.T. do Estado de São Paulo, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

13.3. Capacidade Técnico-Profissional – A *Capacidade técnico-profissional* se dará através da comprovação de que o licitante possui, em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, pelo menos um profissional de nível superior, técnico ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, que será o responsável técnico pela execução dos serviços, devidamente registrado no Conselho de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais e que seja detentor de no mínimo um **atestado de responsabilidade técnica, registro de responsabilidade técnica ou termo de responsabilidade técnica** por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao do objeto desta licitação, independentemente de seu quantitativo.

13.4. A comprovação do vínculo profissional far-se-á através da apresentação do contrato social, quando sócios, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos, desde que vinculado, o profissional acima indicado, com a empresa licitante na data prevista para entrega da proposta;

13.5. A comprovação da detenção de atestado ou termo de responsabilidade técnica deverá ser efetuada mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo CREA, CAU ou C.R.T., acompanhada de atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente certificado pelo respectivo conselho, através de anotação expressa que vincule o documento ao acervo, por execução de serviços de características equivalentes às do objeto desta licitação.

13.6. Capacitação Técnico-Operacional – Atestado, por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde fique comprovado que a LICITANTE (pessoa Jurídica) executou serviços, obra de construção, reforma ou ampliação, serviços **SIMILARES E EQUIVALENTES** com o objeto da licitação, no mínimo nos quantitativos abaixo:

a. Código nº 87271 – item da planilha orçamentária: 2.2.19. - REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 25X35 CM APLICADAS A MEIA ALTURA DAS PAREDES. AF_02/2023_PE (2 Banheiros, altura de 1,85 m) – mínimo: 14,04 m²;

b. Código nº 13.13.001 – item da planilha orçamentária: 2.2.29. – Porta lisa de madeira, interna "PIM", para acabamento em pintura, padrão dimensional médio/pesado, com ferragens, completo - 80 x 210 cm - (Adaptar medidas com os portais existentes) – mínimo: 10 unidades.

13.7. Declaração formal assinada pelo representante legal do licitante e/ou responsável técnico e/ou por pessoa por ele indicada de que tem conhecimento do local e das condições e peculiaridades da realização do serviço objeto da



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo –
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



contratação.

13.8. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

13.9. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Secretaria de Obras em data e horário exclusivos até 1 (dia) útil anterior a data da licitação das 08 às 16 horas, a ser agendado pelo e-mail engenharia@aramina.sp.gov.br ou infraestrutura2@aramina.sp.gov.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

13.10. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida na **cláusula 13.8** por declaração formal assinada acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

14. OUTRAS COMPROVAÇÕES

14.1. Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo **Anexo VIII**;

14.2. Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo apresentado no **Anexo III** deste edital;

14.3. Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando o pleno atendimento aos requisitos de habilitação, conforme modelo apresentado no **Anexo IV** deste edital;

14.4. Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, informando os dados do responsável pela assinatura do contrato, conforme modelo apresentado no **Anexo IX** deste edital;

14.5. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até **180 (cento e oitenta) dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

14.6. Eventuais erros e/ou vícios sanáveis, tais como: falta de assinatura; falta da declaração; poderão ser saneadas no ato da concorrência, desde que o representante possua poderes para tanto, e que não seja erro e/ou vícios substanciais que possa gerar dúvidas e/ou conflito de intenções.

15. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

15.1. No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do certame, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, com duração máxima de 30 minutos.

15.2. Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido neste edital, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

15.3. Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

15.4. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas que:

I - Contiverem vícios insanáveis;

II - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - Apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo –
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração;

V - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

15.5. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do art. 59 da Lei Federal 14.133/2021.

15.6. No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

15.7. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances no valor correspondente a 0,5% (meio por cento), aplicável inclusive em relação ao primeiro.

15.8. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

15.9. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, na ordem crescente de valores, considerando-se para as selecionadas, o último preço ofertado. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

15.10. O pregoeiro convocará a microempresa ou empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

15.11. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação.

15.12. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata a **cláusula 7**, seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

15.13. O pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, ou, na falta desta, com base na classificação, com vistas à redução do preço.

15.14. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

15.15. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

15.16. Após o envio da proposta readequada e dos documentos de habilitação, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta e habilitação.

15.17. A qualquer momento, o agente de contratação poderá suspender a sessão por prazo a ser informado no chat.

15.18. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

15.19. Será declarada vencedora a licitante que, na etapa de lances, apresentar o **MENOR PREÇO**.

16. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo –
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



16.1. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis contados da data de intimação ou de lavratura da ata e observará o disposto no art. 165 da Lei 14.133/2021.

16.2. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de até 30 (trinta) minutos, sob pena de preclusão;

16.3. O prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais será iniciada na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação que ocorrerá exclusivamente pelo sistema.

16.4. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso, pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da divulgação da interposição do recurso a ser, realizada pelo sistema, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

16.6. O recurso será dirigido ao pregoeiro ou à autoridade que proferiu a decisão recorrida, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

16.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO:

17.1. Da VENCEDORA será exigida garantia da execução dos serviços de **5% (cinco por cento)**, nas seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

17.2. O prazo para a apresentação da garantia de que trata a *cláusula 17.1. inciso II* **será de até 01 (um) mês**, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, nas condições do art. 96, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021.

18. DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO:

18.1. Os serviços terão início imediato, após a emissão da respectiva ordem de início de serviços.

19. DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

19.1. Ficará determinado pela secretaria demandante servidor designado para fiscalizar os serviços contratados.

19.2. A fiscalização será realizada observadas as condições estabelecidas no contrato, cuja respectiva minuta constitui o **Anexo VII** deste Edital.



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo –
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



20. DA FORMA DE PAGAMENTO

20.1. Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará a PREFEITURA, finalizada a medição dos serviços, a respectiva nota fiscal eletrônica/fatura.

20.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis, contados da data do aceite da nota fiscal- eletrônica/fatura.

20.3. A nota fiscal-eletrônica/fatura **que apresentar incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata a cláusula anterior** começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal-eletrônica/fatura, **sem incorreções.**

20.4. O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária em nome da contratada, conforme o número da conta corrente, banco e agência previamente informado nela contratada para os pagamentos via crédito **conta corrente.**

20.5. O preço ofertado permanecerá fixo e poderão ser reajustados, desde que cumpridos os pressupostos paratanto, nos casos previstos em lei.

21. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

a) deixar de entregara documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento quetenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame;

b) salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

c) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

d) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

e) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

f) deixar de apresentar amostra, se for o caso;

g) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

h) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, inclusive quanto a documentação visando a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das micro e pequenas empresas;

i) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

j) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

k) fraudar a licitação;

l) comportar-se de modo inidoneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

m) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

n) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

o) apresentar amostra falsificada ou deteriorada, quando for o caso;

p) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo –
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



q) praticar ato lesivo previsto no art. 50 da Lei nº 12.846/2013.

21.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da proposta do licitante que deu causa a infração, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

21.4. A multa será de acordo com o Capítulo XXII - DAS SANÇÕES, do Decreto Municipal nº 3.964/2024.

21.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

21.6. Na aplicação da sanção de multa e advertência será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

21.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de prego, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão promotor da licitação, se for o caso.

21.8. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

21.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

21.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

21.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

21.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao município.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

22.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica através do próprio sistema eletrônico da concorrência ou pelo e-mail indicado no quadro constante no preâmbulo deste edital.

22.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no sítio eletrônico oficial do órgão promotor da



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo –
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



licitação e no sistema eletrônico da concorrência, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia anterior a data da abertura do certame.

22.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

23.1. As despesas decorrentes desta licitação onerarão a seguinte dotação orçamentária do corrente exercício:

02 05 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO 020510 ENSINO FUNDAMENTAL 12 361 0210 1105 0282 Construir, Reformar e/ou Ampliar Escolas Municipais - FNDE – QSE 4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES RECURSO: FEDERAL

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a **sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido**, desde que não haja comunicação em contrário pelo agente de contratação.

24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

24.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito a contratação.

24.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, afinalidade e a segurança da contratação.

24.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no site oficial www.aramina.sp.gov.br e na plataforma eletrônica da concorrência.

25.11. Integram o presente edital:

a) Anexo I – Memorial descritivo, termo de referência, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e projeto básico – **anexados ao final deste edital.**

b) Anexo II – Modelo de proposta de preços;

c) Anexo III – Modelo de Declaração de idoneidade, concordância com os termos do edital e da não ocorrência de fatos impeditivos, regularidade perante o Ministério do Trabalho e outros à participação;

d) Anexo IV – Modelo de declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação;



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo –
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



- e) Anexo V – Minuta de credenciamento;
- f) Anexo VI – Declaração para fins da Lei Complementar n.123/2006;
- g) Anexo VII – Minuta contratual;
- h) Anexo VIII – Declaração perante o Ministério do Trabalho;
- i) Anexo IX – Dados do responsável pela assinatura do contrato.

25.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Igarapava, do Estado de São Paulo.

Aramina, 09.06.2026.

LUÍS SÉRGIO CELESTE JORGE
PREFEITO

FÁBIO LIMA DONZELLI
ASSESSOR EXECUTIVO



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo –
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO, TERMO DE REFERÊNCIA, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETO BÁSICO.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DAS ADEQUAÇÕES DE ACESSIBILIDADE NAS UNIDADES ESCOLARES E.M.E.I. ARAMINA E E.M.E.I. FAUZA JORGE DAVID, SITUADAS NO MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO TÉCNICO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ELABORADOS PELO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA PARA A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. Documentos anexos ao final do edital.



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo -
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2026

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: *****

DADOS DO LICITANTE

Denominação:

Endereço:

CEP: Fone: Fax: E-mail:

CNPJ:

Banco, Agência e Conta Corrente na qual a Prefeitura Municipal de Aramina deverá efetuar os pagamentos via crédito conta corrente:

Observação: A apresentação desta Proposta será considerada como indicação bastante de que inexistem fatos que impeçam a participação do licitante neste certame.

ITEM	CÓD.	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO			
...

OBS: Nos preços cotados acima já estão incluídas vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais material, despesas, administrativas, seguro, frete, lucro e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaro que, caso seja requisitada amostra, nos comprometemos a enviá-la no prazo determinado no termo de referência.

Validade da proposta: (mínimo de 60 dias).

Declaro, sob as penas da lei, que o objeto ofertado atende todas as especificações exigidas no memorial descritivo.

Aramina- SP, XX de XXXXXXXXXXXX de 2026.

Assinatura do representante legal
Nome e CPF do representante legal



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo -
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 - Centro
Aramina - Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL E DA NÃO OCORRÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS, REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO E OUTROS À PARTICIPAÇÃO.

[em papel timbrado da Empresa]
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. XXX/2026
TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: *****

Eu (nome completo), representante legal da empresa (nome da pessoa jurídica), interessada em participar do processo licitatório Nº. ____/2026, realizado pela **Prefeitura Municipal de Aramina**, declaramos, para os devidos fins de direito, sob as penalidades cabíveis, o quanto segue:

- 1) Que até a presente data, não foi considerada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera, nem foi condenada judicialmente nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não subsistindo a inexistência de fato impeditivo a nossa habilitação na CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA em epígrafe, inexistindo também qualquer fato impeditivo de contratar com a Administração Pública Municipal, conforme previstos na legislação de regência;
- 2) Que examinamos criteriosamente os documentos deste Edital, temos pleno conhecimento e estamos de acordo com todos os termos do edital, e julgamos suficientes para a elaboração da proposta financeira voltada ao atendimento do objeto licitado em todos os seus detalhamentos;
- 3) Que inexistem no quadro da empresa sócios e/ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de ARAMINA, nos cargos de direção, chefia ou que exerçam função gratificada de mesma natureza, bem como de seus agentes políticos;
- 4) Que cumprimos com o disposto no Artigo 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, que trata da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- 5) Que cumprimos com o disposto no Artigo 117, da Constituição Estadual, e no Artigo 7º, Inciso XXII, da Constituição Federal, que trata da saúde, higiene e segurança do trabalho;
- 6) Que, nos termos do parágrafo 6º do artigo 27 da Lei Estadual nº 6.544 de 22/11/1989; e do inciso VI, do artigo 68 da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, a empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- 7) Que cumprimos com o disposto no Artigo 117, da Constituição Estadual, e no Artigo 7º, Inciso XXII, da Constituição Federal, que trata da saúde, higiene e segurança do trabalho;
- 8) Que, nos termos do Artigo 63, IV, § 1º, da Lei 14.133, de 01/04/2021, a proposta econômica apresentada já compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;
- 9) Que, nos termos do Artigo 63, IV, § 1º, da Lei 14.133, de 01/04/2021, a proposta econômica apresentada já compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;
- 10) E, por fim, que, nos termos do artigo 1º, da Lei nº 10.218, de 12 de fevereiro de 1999, não possuímos diretor, gerente ou empregado que tenham sido condenados por crime ou contravenção, em razão da prática de atos de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, ou pela adoção de práticas inibidoras, atentatórias ou impeditivas do exercício do direito à maternidade, ou de qualquer outro critério discriminatório para a admissão ou permanência da mulher ou homem no emprego, e, declara, para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos no edital em epígrafe.

[local] XXXX de XXXX de 2026.



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo –
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX/2026

OBJETO: *****

A (nome da licitante), por seu representante legal (documento em anexo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXX, com sede na XXXXX, nos termos do art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021, declara para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos no edital em epígrafe.

Sendo a expressão da verdade, subscrevemo-nos.

Nome do licitante e representante legal.



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo –
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



ANEXO V

MINUTA DE CREDENCIAMENTO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX/2026

PROCESSO LICITATÓRIO NºXXX/2026

OBJETO: *****

A (nome da licitante), inscrita no CNPJ/MF sob o nº...., com sede na xxxxx, por seu representante legal, Sr..... (nome e qualificação), CPF/MF n.º....., RG n.º xxxxx (documentos anexos), credencia como seu representante o Sr..... (nome e qualificação), CPF/MF n.º, RG n.º xxxxx (documentos anexos), para em seu nome participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe poderes especialmente para formulação de proposta e a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, na sessão única de julgamento, inclusive poderes para assinatura contratual, nos termos do art. 12, I, da Lei nº 14.133/2021, e nos Artigos 653 e 691, do Código Civil.

Local e data.

Nome do representante legal



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo –
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA FINS DA LEI COMPLEMENTAR N.123/2006

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2026

OBJETO: *****

(nome / razão social) xxxx, inscrita no CNPJ nº. xxxxxxxx, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) xxxxxx, portador(a) da Carteira de Identidade nº xxxxxxxx e do CPF nº. xxxxxxxx, **DECLARA**, para fins do disposto na Lei Complementar n. 123 / 2006 e no Edital do processo epígrafado, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser xxxxxxxx (*microempresa ou empresa de pequeno porte*) nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06.

Local e data.

Nome do representante legal

Obs. A falsidade da declaração prestada nos moldes do item acima, objetivando os benefícios da Lei Complementar n. 123/2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção administrativa consistente na aplicação de multa, no importe de 20% (vinte por cento) do valor global da proposta apresentada, bem como na declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de 05 (cinco) anos.



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo –
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO

(Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX/2026

MINUTA DE CONTRATO Nº. XXX/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO LUÍS SÉRGIO CELESTE JORGE E A EMPRESA *****

Por esse instrumento de Contrato que entre si fazem de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA, Estado de São Paulo, com sede na Rua Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro – Aramina – SP – CEP: 14550-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 45.323.474/0001-02, neste ato representado pelo prefeito LUÍS SÉRGIO CELESTE JORGE, residente e domiciliado em Aramina/SP, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa ***** e neste ato representada por seu representante legal infra-assinado, daqui por diante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no processo epigraçado e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº. 3.964 de 03 de janeiro de 2024, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.**

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO(art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a ***** , nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

--	--	--	--

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. O Estudo Técnico Preliminar;

1.3.3. Memorial Descritivo;

1.3.4. Cronograma físico-financeiro;

1.3.5. Planilha orçamentária;

1.3.6. Projeto básico;

1.3.7. A Proposta do Contratado; e

1.3.8. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO CONTRATUAL E DE EXECUÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **DOZE MESES** contados do(a) data de assinatura, podendo ser prorrogado a critério da Administração, quando cabível.

2.2. O prazo de execução do início dos serviços é de **DOIS MESES**, contados a partir do recebimento da ordem de serviços emitida pelo departamento de engenharia.



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo –
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. Aos gestores caberão:

3.1.1. Gerenciar as atividades relacionadas à execução do contrato, à fiscalização técnica e administrativa dos atos necessários à formalização do contrato, prorrogação, repactuação, reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro, alteração (acréscimo, supressão e outras), pagamento, aplicação de sanções e vigência, entre outros.

3.2. Aos fiscais caberão:

3.2.1. Acompanhar o efetivo cumprimento do objeto contratado e auxiliar o gestor com informações que possibilitem a tomada de decisão e validação do ateste da execução do objeto contratado.

3.3. Todas as ocorrências verificadas na execução do contrato devem ser registradas durante toda a vigência contratual, cabendo aos gestores e fiscais, observadas suas atribuições, a adoção das providências necessárias ao cumprimento das condições previstas no instrumento contratual, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

3.4. O fiscal poderá realizar suas atividades por amostragem, desde que estabelecida, em processo próprio, a metodologia para o estabelecimento da amostra. As decisões e providências que ultrapassem a atribuição do gestor/fiscal devem ser encaminhadas aos seus superiores em tempo hábil, para a adoção das medidas cabíveis.

4. CLÁUSULA QUARTA-SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, Ve VI)

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor da contratação é de R\$***** , perfazendo o valor total de R\$***** .

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. DA GARANTIA CONTRATUAL:

5.2.1. Da CONTRATADA será exigida garantia da execução dos serviços de **5% (cinco por cento)**, nas seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

5.2.2. O prazo para a apresentação da garantia de que trata a cláusula 5.2.1. inciso II **será de até 01(um) mês**, nas condições do art. 96, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3. FORMA DE PAGAMENTO



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo –
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



5.3.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.3.2. O pagamento será efetuado no prazo máximo de **até trinta dias**, contados do aceite da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPC pelo critério pro-rata die de correção monetária.

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente, para proceder o pagamento, deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta:

- a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.7. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo –
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.4.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.12. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na execução do objeto, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.7.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 10 DIAS ÚTEIS para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. manter preposto aceito pela Administração de forma remota para representá-lo na execução do contrato.



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo –
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art.137,II);

8.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios edanos decorrentes da execução do objeto, bem comopor todo equalquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.4. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.5. A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato junto com a nota fiscal, os seguintes documentos:

- 1) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;e
- 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas–CNDT;

8.1.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique na execução do objeto.

8.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos previstaem lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá- los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

8.1.15. Adotar o livro de ordem, consoante Resolução do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado,a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo –
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



9.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado:

9.7.1. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.7.2. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.8. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo –
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

a. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

b. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

c. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

d. Multa.

10.2. Conforme Capítulo XXII do Decreto Municipal 3.964/2024.

10.3. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

10.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo –
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



10.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

10.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.7. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.9. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.10. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.11. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.12. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:*****

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo –
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)

16.1. É eleito o Foro da Comarca de Igarapavapara dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Aramina, data da assinatura eletrônica.

LUÍS SÉRGIO CELESTE JORGE
PREFEITO
CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- _____ - CPF: _____

2- _____ - CPF: _____



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo –
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS) (REDAÇÃODADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARAMINA/SP.

CONTRATADO:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): /2025.

OBJETO: *****

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP — CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2 Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Aramina, xx.xx.2025.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: LUÍS SÉRGIO CELESTE JORGE

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo –
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: *****

Cargo: *****

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) – O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo –
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



ANEXO VIII – DECLARAÇÃO PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2026

OBJETO: *****

(nome/razão social), inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., Inscrição Estadual nº.....e Inscrição Municipal nº....., **DECLARA**, para os devidos fins de direito, que a proponente não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, ainda, não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Aramina- SP, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx de 2026.

Assinatura do representante legal
Nome do representante:
RG do representante:



Prefeitura Municipal de Aramina

- Estado de São Paulo –
CNPJ nº. 45.323.474/0001-02
Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 – Centro
Aramina – Estado de São Paulo
www.aramina.sp.gov.br



ANEXO IX – DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA CONTRATUAL

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2025

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: *****

Razão Social:			
CNPJ:		Inscrição Estadual:	
Endereço:			
Bairro:		Cidade/Município:	UF:
DDD:	Telefone:	Celular:	CEP:
Endereço Eletrônico:			
Responsável pela Assinatura do Contrato/Ata de Registro de Preços (se sócio nos termos do contrato social) ou seu Representante Legal através de Procuração Pública ou Particular com firma reconhecida:			
Nome:			
RG nº:	Órgão Expedidor:	CPF nº	
Data Nasc:	E-mail Institucional:		
E-mail Pessoal:			
Estado Civil:	Profissão:		
End. Residencial Completo:			
Bairro:			
Cidade:	UF:	CEP:	
Qualificação: () Sócio:cargo/função () Representante Legal:			
DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA (PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE)			
Banco:			
Agência:			
Número da conta:			

OBSERVAÇÕES:

O responsável pela assinatura deverá ser representante legal da empresa e ter plenos poderes para assinatura do instrumento contratual. Tratando-se de procurador, seu nome deverá constar em procuração lavrada por instrumento público ou particular, da qual constem **poderes para assinar o instrumento contratual**, acompanhada do correspondente documento, que comprove os poderes do mandante para a outorga.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA
ESTADO DE SÃO PAULO
Prefeitura Municipal de Aramina - Rua: Dr. Bráulio A Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02
Telefone: (16) 3752-7000 / (16) 3752-7006 - E-mail: engenharia@aramina.sp.gov.br

MEMORIAL DESCRITIVO DE OBRA

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA

ENDEREÇO: AV. LUIS BASSO, 390 e AV. NEDER CAGLIARI, 1509

OBRA: *ADAPTAÇÕES DE ACESSIBILIDADE DAS ESCOLAS EMEI ARAMINA E EMEI FAUSA JORGE DAVID.*

1 – INTRODUÇÃO

O presente Memorial Descritivo tem por finalidade estabelecer as condições técnicas para execução das adequações de acessibilidade nas unidades escolares E.M.E.I. Aramina e E.M.E.I. Fauza Jorge David, conforme Projeto Técnico e Planilha Orçamentária, em atendimento aos apontamentos constantes no Parecer Técnico nº 14561788 – CAEX do Ministério Público do Estado de São Paulo, conforme justificado no ETP e no DFD.

2 – RESPONSABILIDADE TÉCNICA

As obras deverão ser executadas por empresa com comprovada qualificação para execução de tais serviços, sob a responsabilidade técnica de profissional habilitado, acompanhadas da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica do CREA/SP. A fiscalização será efetuada pelos Responsáveis Técnicos da Prefeitura Municipal de Aramina juntamente com a Secretaria de Infraestrutura.

3-CANTEIRO DE OBRAS

O canteiro de obras será montado de acordo com o porte da obra a ser executada. Os equipamentos e ferramentas a serem utilizadas serão de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA
ESTADO DE SÃO PAULO

Prefeitura Municipal de Aramina - Rua: Dr. Bráulio A Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02
Telefone: (16) 3752-7000 / (16) 3752-7006 - E-mail: engenharia@aramina.sp.gov.br

responsabilidade da contratada, sob supervisão do responsável técnico. Os serviços deverão ser executados de forma que não prejudiquem o funcionamento do prédio e não atrapalhem o desenvolvimento das atividades. A obra deverá ser mantida limpa, e ao final não poderão restar materiais e/ou ferramentas nas demais áreas da escola ou via pública.

4- SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

4.1 Adequações de Acessibilidade – EMEI Aramina

Sanitários acessíveis:

Serão adaptados conforme projeto, os serviços incluem a retirada de revestimentos, demolições de alvenarias necessárias à abertura de novos vãos de portas, bem como recomposição de alvenaria com blocos cerâmicos, execução de chapisco e reboco.

Será retirado todo o revestimento, com 1,80m de altura e que perfaz todo o perímetro dos banheiros. Também será retirado revestimento externo em uma parede dos banheiros, com altura aproximada de 50 cm. Serão retiradas as louças existentes. Serão retirados os portais existentes e instalados novos portais na posição correta, conforme projeto.

Serão instalados lavatórios suspensos, vasos sanitários sifonados convencionais sem abertura frontal, duchas higiênicas, dispensers para toalhas e sabonete líquido.

Serão instaladas barras de apoio em aço inox, banco articulado para PCD e sistema de alarme PNE com indicador audiovisual e funcionamento à bateria.

Será implantada sinalização tátil direcional e de alerta, bem como placas com Símbolo Internacional de Acesso nas portas.

As instalações elétricas necessárias compreenderão eletrodutos, caixas 4x2, cabos 1,5 mm² e interruptores simples.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA
ESTADO DE SÃO PAULO

Prefeitura Municipal de Aramina - Rua: Dr. Bráulio A Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02
Telefone: (16) 3752-7000 / (16) 3752-7006 - E-mail: engenharia@aramina.sp.gov.br

Serão realizadas remoções de portas para instalação de novos kits de portas com largura de 80 cm, incluindo portal, com abertura adequada conforme norma (para fora), incluindo dobradiças, fechaduras, guarnição de 5 cm e pintura esmalte base água. Será instalado barra de 40 cm na parte interna. Vide imagem 04.

Salas de aula e sala de dentista:

Serão realizadas remoções de portas para instalação de novos kits de portas com largura variável (medir in loco) de aproximadamente 80 cm, excluindo portais e guarnição, com abertura adequada conforme norma, incluindo dobradiças, fechaduras, visores com vidro temperado de 115 x 26 cm e pintura esmalte base água. A chapa metálica não é contemplada nesse processo. Será feito por calheiro já licitado. Vide imagem 05.

Recepção:

Será demolido piso existente e será executado novo piso de concreto simples, desempenado com acabadora de superfície (bambolê ou similar);

Será instalado de novo balcão de granito com pedra de 150 x 45 cm, com altura de 80 cm a contar do nível acabado do piso. Este será apoiado sobre 2 mãos francesas além de engastado na parede.

Toda a escola:

Será implantada sinalização tátil conforme projeto técnico.

4.2 Adequações de Acessibilidade – EMEI Fauza Jorge David

Recepção:

Será retirado balcão existente e instalação de novo balcão de granito com pedra de 150 x 45 cm, com altura de 80 cm a contar do nível acabado do piso. Este será apoiado sobre 2 mãos francesas além de engastado na parede.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA
ESTADO DE SÃO PAULO

Prefeitura Municipal de Aramina - Rua: Dr. Bráulio A Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02
Telefone: (16) 3752-7000 / (16) 3752-7006 - E-mail: engenharia@aramina.sp.gov.br

Sanitários acessíveis:

Serão executadas substituições de louças sanitárias, instalação de barras de apoio, instalação de sistema de alarme PNE, instalação de dispensers e placas com Símbolo Internacional de Acesso.

Toda a escola:

Será implantada sinalização tátil conforme projeto técnico.

6- FOTOS DO LOCAL



Imagem 01: Banheiro acessível EMEI Aramina.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA
ESTADO DE SÃO PAULO

Prefeitura Municipal de Aramina - Rua: Dr. Bráulio A Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02
Telefone: (16) 3752-7000 / (16) 3752-7006 - E-mail: engenharia@aramina.sp.gov.br



Imagem 02: Piso que será demolido e janela sob a qual será instalada a bancada de granito – EMEI Aramina.



Imagem 03: Balcão quebrado que será retirado e substituído por um novo – EMEI Fausa Jorge David.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA
ESTADO DE SÃO PAULO

Prefeitura Municipal de Aramina - Rua: Dr. Bráulio A Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02
Telefone: (16) 3752-7000 / (16) 3752-7006 - E-mail: engenharia@aramina.sp.gov.br

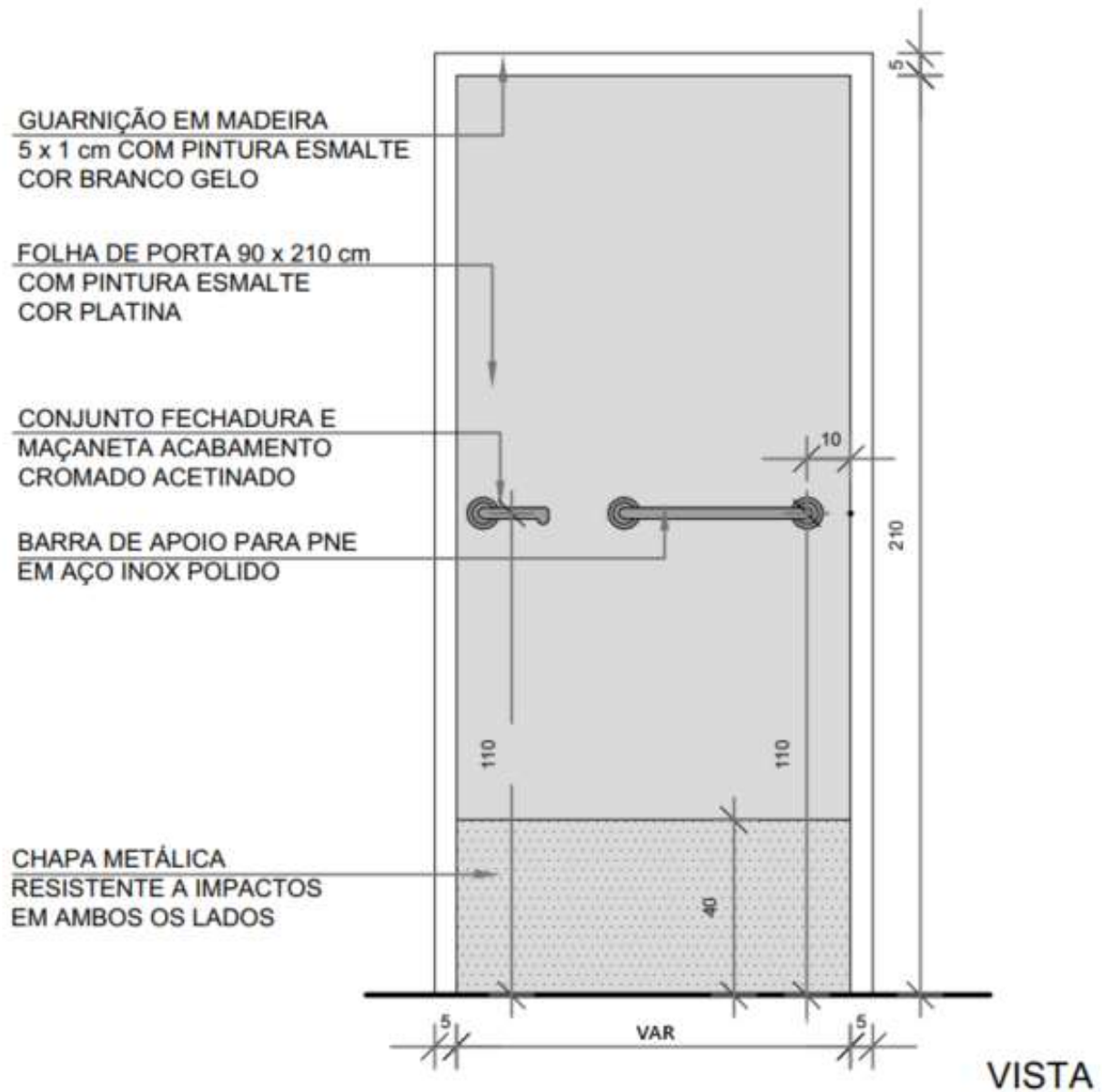


Imagem 04: Modelo de porta de banheiro acessível – Vista interna.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA
ESTADO DE SÃO PAULO

Prefeitura Municipal de Aramina - Rua: Dr. Bráulio A Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02
 Telefone: (16) 3752-7000 / (16) 3752-7006 - E-mail: engenharia@aramina.sp.gov.br

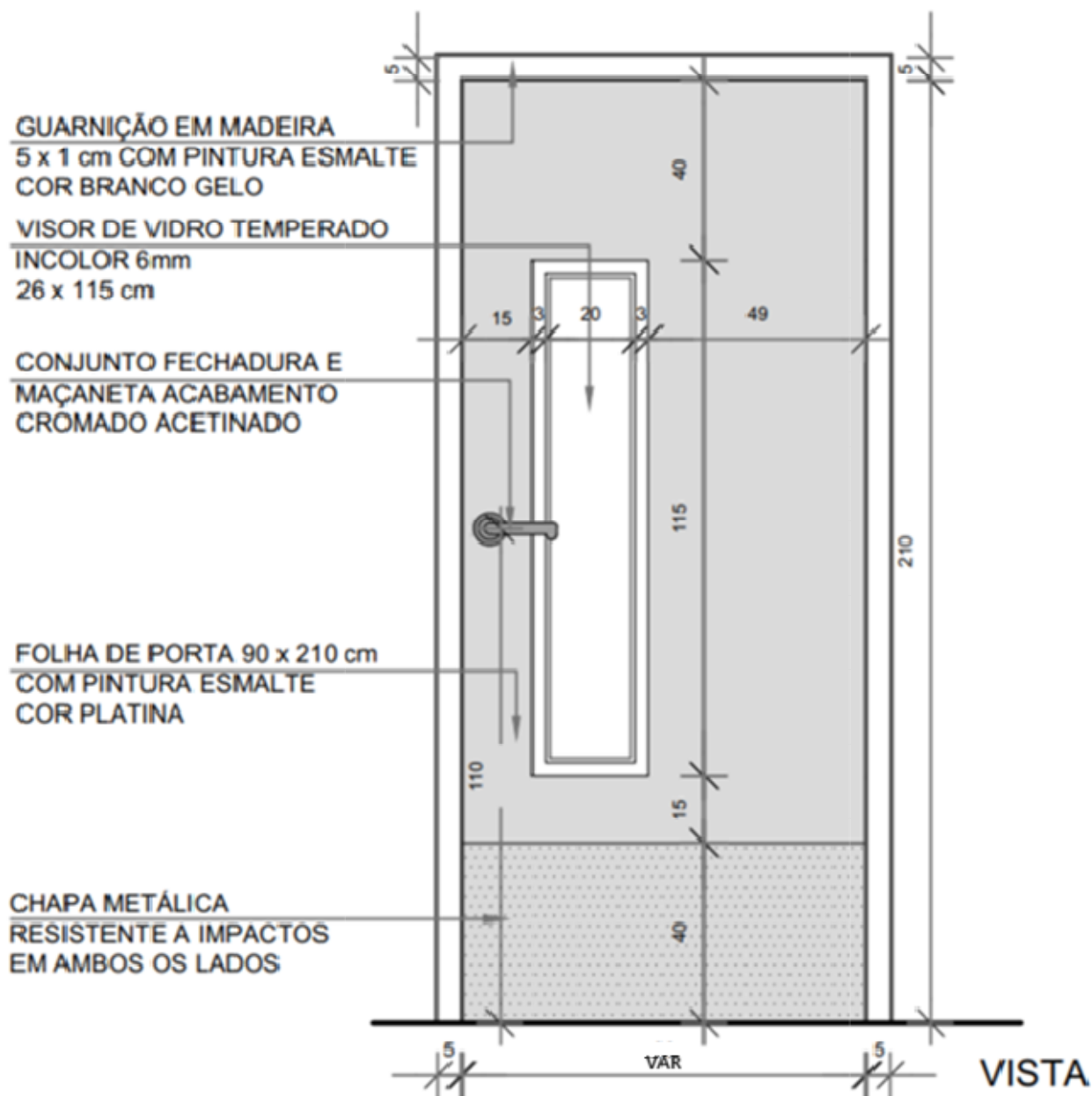


Imagem 05: Modelo de por de sala de aula – Vista externa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA
ESTADO DE SÃO PAULO

Prefeitura Municipal de Aramina - Rua: Dr. Bráulio A Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02
Telefone: (16) 3752-7000 / (16) 3752-7006 - E-mail: engenharia@aramina.sp.gov.br

7- DISPOSIÇÕES GERAIS

A obra obedecerá à boa técnica, atendendo às recomendações da ABNT e das concessionárias locais. Será entregue completamente limpa, com cerâmicas totalmente rejuntados e lavados, com vidros, bancadas e peitoris isentos de respingos. As instalações serão ligadas definitivamente à rede existente, sendo entregues devidamente testadas e em perfeito estado de funcionamento. A obra oferecerá total condição de uso, garantindo a satisfação dos usuários.

Durante todas as etapas construtivas será disponibilizado um funcionário da Prefeitura Municipal para instruir, vistoriar, fiscalizar e acompanhar os serviços realizados. No caso de qualquer anormalidade observada durante a execução do serviço, deverá ser comunicado imediatamente à fiscalização, para tomada das providências necessárias.

Prefeitura Municipal de Aramina, 23 de Fevereiro de 2026.

Me. Kleverton R. Costa
Engenheiro Civil – Dep. de Obras
CREA SP 5069989697



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA
ESTADO DE SÃO PAULO
Prefeitura Municipal de Aramina - Rua: Dr. Bráulio de A. Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02
Telefone: (16) 3752-7000
E-mail: dep.engenharia@aramina.sp.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

**Unidade requisitante: Secretaria de Infraestrutura, Agricultura e Meio Ambiente
e Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Lazer.
Departamento de Engenharia**

1 – OBJETO

1.1 Definição do objeto

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução das adequações de acessibilidade nas unidades escolares EMEI Aramina e EMEI Fauza Jorge David, localizadas no Município de Aramina/SP, em atendimento aos apontamentos constantes do Parecer Técnico nº 14561788 – CAEX do Ministério Público do Estado de São Paulo e às disposições da ABNT NBR 9050.

A contratação será realizada mediante **Concorrência Eletrônica**, sob regime de **empreitada por preço global**, adotando-se o critério de julgamento de **menor preço global** e modo de disputa aberto, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.2 Natureza do objeto

O objeto possui natureza de obra comum de engenharia, compreendendo serviços de adequação de acessibilidade em edificações públicas existentes, envolvendo intervenções arquitetônicas, sanitárias, elétricas e de sinalização.

1.3 Quantitativos estimados

Os quantitativos foram obtidos a partir dos levantamentos realizados pelo Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Aramina e encontram-se detalhados na planilha orçamentária, memorial descritivo, projetos e demais documentos técnicos integrantes do processo. Abaixo encontra-se o resumo destes:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA
ESTADO DE SÃO PAULO

Prefeitura Municipal de Aramina - Rua: Dr. Bráulio de A. Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02
Telefone: (16) 3752-7000
E-mail: dep.engenharia@aramina.sp.gov.br

Grupo	Principais Serviços	Quantitativos Estimados	Valor Estimado (R\$)
Serviços Preliminares	Fornecimento e instalação de placa de obra em chapa galvanizada com estrutura de madeira	3 m ²	1.764,63
Adequações de acessibilidade – EMEI Aramina	Adequação de sanitários acessíveis, substituição de portas, instalação de barras de apoio, sistema de alarme PNE, sinalização tátil e visual, instalação de balcão acessível	Itens diversos	68.186,99
Adequações de acessibilidade – EMEI Fausa J. David	Adequação de sanitários, instalação de barras de apoio, sistema de alarme PNE e sinalização acessível. Instalação de balcão acessível.	Itens diversos	3.982,59
		TOTAL GLOBAL	73.934,21

As principais intervenções contemplam:

- adequação de sanitários acessíveis;
- instalação de barras de apoio;
- instalação de alarmes PNE;
- adequação de portas;
- execução de sinalização tátil;
- execução de sinalização visual;
- adequação de balcões de atendimento;
- substituição de louças e metais sanitários;
- adequações elétricas necessárias ao funcionamento dos dispositivos de acessibilidade.

1.4 Prazo contratual e execução

O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

O prazo de execução da obra será 2 meses conforme definido no cronograma físico-financeiro integrante do processo licitatório, contado a partir da emissão da Ordem de Início dos Serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA
ESTADO DE SÃO PAULO

Prefeitura Municipal de Aramina - Rua: Dr. Bráulio de A. Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02
Telefone: (16) 3752-7000
E-mail: dep.engenharia@aramina.sp.gov.br

O recebimento provisório ocorrerá após comunicação formal da contratada quanto à conclusão dos serviços.

O recebimento definitivo ocorrerá após verificação do atendimento integral das condições contratuais, observados os prazos previstos na legislação aplicável.

2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação encontra-se fundamentada no Estudo Técnico Preliminar – ETP elaborado pelo Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Aramina.

O estudo demonstrou a necessidade de realização das adequações de acessibilidade nas unidades escolares EMEI Aramina e EMEI Fauza Jorge David, bem como a viabilidade técnica e econômica da contratação.

A solução proposta visa eliminar barreiras arquitetônicas, promover inclusão, garantir condições adequadas de utilização dos espaços públicos e atender aos apontamentos formulados pelo Ministério Público do Estado de São Paulo.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na contratação de empresa especializada para execução integral das adequações de acessibilidade previstas nos projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro.

A contratação compreende o fornecimento de materiais, equipamentos, ferramentas, transporte, mão de obra especializada e demais recursos necessários à perfeita execução dos serviços.

As intervenções abrangem adequações arquitetônicas, sanitárias, elétricas e de sinalização destinadas à eliminação de barreiras físicas e à adequação dos ambientes às normas vigentes de acessibilidade.

Durante a fase de planejamento verificou-se a necessidade de instalação de revestimento metálico de proteção na parte inferior das portas dos sanitários e salas de aula. Entretanto, diante da existência de contratação correlata já vigente contemplando fornecimento de materiais e mão de obra especializada para execução



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA
ESTADO DE SÃO PAULO

Prefeitura Municipal de Aramina - Rua: Dr. Bráulio de A. Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02
Telefone: (16) 3752-7000
E-mail: dep.engenharia@aramina.sp.gov.br

desse serviço, cuja solução mostrou-se significativamente mais vantajosa economicamente para a Administração, optou-se por retirar esse item da presente contratação, permanecendo sua execução vinculada ao contrato específico correspondente.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratada deverá fornecer integralmente materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra, transporte e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços.

A execução deverá observar integralmente:

- ABNT NBR 9050;
- normas técnicas da ABNT aplicáveis;
- projetos;
- memorial descritivo;
- planilha orçamentária;
- cronograma físico-financeiro;
- Lei Federal nº 14.133/2021.

A empresa deverá possuir registro junto ao CREA, CAU ou CRT/CFT, conforme atribuições profissionais compatíveis com a natureza e complexidade dos serviços previstos.

No caso de profissionais ou empresas vinculados ao CRT/CFT, a atuação deverá observar rigorosamente os limites legalmente atribuídos às respectivas categorias profissionais.

A contratada deverá apresentar responsável técnico legalmente habilitado, acompanhado da respectiva ART, RRT ou TRT, conforme aplicável.

A futura contratação deverá prever garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA
ESTADO DE SÃO PAULO**

Prefeitura Municipal de Aramina - Rua: Dr. Bráulio de A. Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02
Telefone: (16) 3752-7000
E-mail: dep.engenharia@aramina.sp.gov.br

A execução ocorrerá sob regime de empreitada por preço global.

Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com os documentos técnicos integrantes do processo.

A contratada será responsável por:

- a) fornecimento de materiais;
- b) fornecimento de mão de obra;
- c) transporte;
- d) equipamentos;
- e) ferramentas;
- f) sinalização;
- g) limpeza permanente da obra;
- h) segurança dos trabalhadores;
- i) proteção dos ambientes existentes.

A obra deverá ser entregue completamente limpa e apta para utilização.

A visita técnica será facultativa, podendo ser substituída por declaração formal de pleno conhecimento das condições locais de execução.

6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e fiscalização contratual serão realizadas por servidores designados pela Administração Municipal.

A fiscalização acompanhará:

- a) execução dos serviços;
- b) qualidade dos materiais;
- c) cumprimento do cronograma;
- d) atendimento aos projetos;
- e) conformidade com o memorial descritivo;
- f) atendimento às normas técnicas aplicáveis.

A contratada deverá atender prontamente às determinações da fiscalização.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA
ESTADO DE SÃO PAULO

Prefeitura Municipal de Aramina - Rua: Dr. Bráulio de A. Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02
Telefone: (16) 3752-7000
E-mail: dep.engenharia@aramina.sp.gov.br

Eventuais inconformidades poderão ensejar notificações, glosas, aplicação de penalidades contratuais ou demais medidas previstas na legislação.

7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

As medições serão realizadas conforme os serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização.

Os pagamentos ocorrerão mediante:

- a) apresentação de medição restrita aos serviços integralmente executados ou, excepcionalmente, a etapas parcialmente executadas quando tecnicamente mensuráveis e desde que não representem risco ao interesse público ou ao erário;
- b) aceitação dos serviços pela fiscalização;
- c) emissão da respectiva nota fiscal;
- d) comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada.

A critério da fiscalização, poderão ser recusadas medições parciais de serviços cuja execução incompleta possa comprometer a funcionalidade do objeto, dificultar eventual contratação remanescente ou gerar prejuízos financeiros à Administração em caso de paralisação, abandono ou rescisão contratual.

A aprovação de medições parciais não constitui obrigação da Administração, cabendo à fiscalização avaliar, em cada caso concreto, a conveniência técnica, econômica e administrativa do pagamento.

A Administração poderá promover glosas proporcionais nos casos de serviços executados em desconformidade com os documentos técnicos do processo.

O pagamento final ficará condicionado ao recebimento definitivo da obra.

8 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A contratação será realizada mediante Concorrência Eletrônica, adotando-se o critério de julgamento de menor preço global.

A habilitação deverá contemplar:

- 1) habilitação jurídica;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA
ESTADO DE SÃO PAULO

Prefeitura Municipal de Aramina - Rua: Dr. Bráulio de A. Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02
Telefone: (16) 3752-7000
E-mail: dep.engenharia@aramina.sp.gov.br

- 2) regularidade fiscal, social e trabalhista;
- 3) qualificação econômico-financeira;
- 4) qualificação técnico-profissional;
- 5) qualificação técnico-operacional.

A empresa deverá apresentar registro junto ao CREA, CAU ou CRT/CFT, conforme atribuições compatíveis com o objeto licitado.

Será exigida comprovação de capacidade técnico-operacional por meio de atestado(s) compatíveis com as parcelas de maior relevância técnica da contratação.

Consideram-se parcelas de maior relevância técnica:

SINAPI 87271 – Revestimento cerâmico para paredes internas com placas tipo esmaltada de dimensões 25 x 35 cm aplicadas a meia altura das paredes.
AF_02/2023_PE.

CDHU 13.13.01 – Porta lisa de madeira, interna "PIM", para acabamento em pintura, padrão dimensional médio/pesado, com ferragens completas, adaptada aos portais existentes.

Para fins de comprovação técnico-operacional poderão ser exigidos quantitativos mínimos correspondentes a aproximadamente 50% dos quantitativos previstos para as parcelas de maior relevância técnica.

A qualificação técnico-profissional deverá ser comprovada mediante apresentação de profissional legalmente habilitado detentor de acervo técnico compatível com os serviços de maior relevância técnica.

Será admitida comprovação de vínculo mediante contrato social, registro em carteira profissional, contrato de prestação de serviços ou declaração de contratação futura acompanhada de anuência do profissional.

9 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA
ESTADO DE SÃO PAULO

Prefeitura Municipal de Aramina - Rua: Dr. Bráulio de A. Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02
Telefone: (16) 3752-7000
E-mail: dep.engenharia@aramina.sp.gov.br

O valor estimado da contratação é de **R\$ 73.934,21 (setenta e três mil, novecentos e trinta e quatro reais e vinte e um centavos)**.

A estimativa foi elaborada a partir dos quantitativos levantados pelo Departamento de Engenharia e das composições constantes da planilha orçamentária integrante do processo.

As memórias de cálculo, composições e documentos de suporte encontram-se anexados ao processo administrativo.

10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Prefeitura Municipal de Aramina/SP, conforme reserva orçamentária constante do processo administrativo.

11 – DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram o presente Termo de Referência:

- 1) Estudo Técnico Preliminar – ETP;
- 2) Memorial Descritivo;
- 3) Planilha Orçamentária;
- 4) Cronograma Físico-Financeiro;
- 5) Projetos;
- 6) Demais documentos técnicos do processo.

Os casos omissos serão resolvidos pela Administração Municipal, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Aramina, 23 de fevereiro de 2026.

Revisão: 02 de junho de 2026



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA
ESTADO DE SÃO PAULO

Prefeitura Municipal de Aramina - Rua: Dr. Bráulio de A. Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02
Telefone: (16) 3752-7000
E-mail: dep.engenharia@aramina.sp.gov.br

Me. KLEVERTON R. COSTA
ENG. CIVIL – DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

MAURO ROBERTO DOMINGOS DA SILVA
SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA
ESTADO DE SÃO PAULO
Prefeitura Municipal de Aramina - Rua: Dr Bráulio A Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02
Telefone: (16) 3752-7000 / Fax: (16) 3752-7013 - E-mail: engenharia@aramina.sp.gov.br

Ofício

Aramina, 23 de Fevereiro de 2026.

Referente: ITENS DE RELEVÂNCIA PARA A LICITAÇÃO CUJO OBJETO SEJA:
ADAPTAÇÕES DE ACESSIBILIDADE DAS ESCOLAS EMEI ARAMINA E EMEI FAUSA JORGE DAVID.

Ao Assessor Executivo
Sr. Fábio Donzelli

Prezado,

Venho através deste indicar os itens de maior relevância que compõem os serviços referentes ao processo licitatório a ser aberto para a contratação de empresa especializada para a obra de “**ADAPTAÇÕES DE ACESSIBILIDADE DAS ESCOLAS EMEI ARAMINA E EMEI FAUSA JORGE DAVID.**”:

- 87271 - REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 25X35 CM APLICADAS A MEIA ALTURA DAS PAREDES. AF_02/2023_PE (2 Banheiros, altura de 1,85 m)

- 13.13.01 - Porta lisa de madeira, interna "PIM", para acabamento em pintura, padrão dimensional médio/pesado, com ferragens, completo - 80 x 210 cm - (Adaptar medidas com os portais existentes)

É imperioso esclarecer que o item “103003 - Visor fixo e requadro de madeira para porta, para receber vidro (26x115 cm)”, embora de inegável relevância



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA
ESTADO DE SÃO PAULO

Prefeitura Municipal de Aramina - Rua: Dr Bráulio A Junqueira – 795 - CNPJ: 45323474/0001-02
Telefone: (16) 3752-7000 / Fax: (16) 3752-7013 - E-mail: engenharia@aramina.sp.gov.br

financeira, não constitui serviço usualmente executado no quantitativo ora pretendido e tampouco apresenta elevada complexidade em sua execução.

Sem mais para o momento.

Me. Kleverton R. Costa
Engenheiro Civil – Departamento de Engenharia



PREFEITURA DE ARAMINA

ADAPTAÇÕES DE ACESSIBILIDADE DAS ESCOLAS EMEI ARAMINA E EMEI FAUSA JORGE DAVID.

SEGUNDO APONTAMENTOS DO MP SP - Parecer técnico 14561788 CAEX

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Fonte: SINAPI SETEMBRO/25 e CDHU -Boletim 199 - com desoneração

BDI 25,22%

Fonte	Código	Item	Serviço	Unid	Quantidade	Preço Unit	Valor com BDI	Total (R\$)
EMEI ARAMINA								
		1	SERVIÇOS PRELIMINARES					R\$ 1.764,63
SINAPI	103689	1.1	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	M2	3	R\$ 469,74	R\$ 588,21	R\$ 1.764,63
		2	ACESSIBILIDADE - EMEI ARAMINA					R\$ 68.186,99
		2.1	RECEPÇÃO / SECRETARIA					R\$ 1.381,85
CDHU-199	03.01.020	2.1.1	Demolição manual de concreto simples	M3	0,38	R\$ 224,84	R\$ 281,54	R\$ 108,11
CDHU-199	11.03.090	2.1.2	Concreto preparado no local, fck = 20 MPa	M3	0,624	R\$ 536,54	R\$ 671,86	R\$ 419,24
CDHU-199	11.16.020	2.1.3	Lançamento, espalhamento e adensamento de concreto ou massa em lastro e/ou enchimento	M3	0,62	R\$ 86,19	R\$ 107,93	R\$ 67,35
CDHU-199	11.16.220	2.1.4	Nivelamento de piso em concreto com acabadora de superfície	M2	12,48	R\$ 15,98	R\$ 20,01	R\$ 249,73
CDHU-199	19.01.022	2.1.5	Revestimento em granito, espessura de 2 cm, acabamento polido (PARA BALCÃO ACESSÍVEL DA SECRETARIA). Medidas: 150 x 45 cm	M2	0,68	R\$ 490,99	R\$ 614,82	R\$ 415,00
CDHU-199	38.23.310	2.1.6	Mão francesa dupla, galvanizada a fogo, L= 300 mm	UN	2,00	R\$ 48,88	R\$ 61,21	R\$ 122,42
		2.2	BANHEIROS PNE /SALAS DE AULA / PÁTIO					R\$ 66.805,14
SINAPI	97644	2.2.1	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023 (2 Banheiros + 18 salas de aula + 2 sala de dentista)	M2	36,792	R\$ 12,32	R\$ 15,43	R\$ 567,59
SINAPI	97622	2.2.2	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M3	0,756	R\$ 74,22	R\$ 92,94	R\$ 70,26
CDHU-199	04.09.020	2.2.3	Retirada de esquadria metálica em geral - COM REAPROVEITAMENTO - para janelas dos 2 banheiros	M2	1,32	R\$ 31,72	R\$ 39,72	R\$ 52,43
CDHU-199	03.04.020	2.2.4	Demolição manual de revestimento cerâmico, incluindo a base (2 banheiros internos + pastilhas externas)	M2	30,72	R\$ 12,26	R\$ 15,35	R\$ 471,59
SINAPI	103360	2.2.5	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 14X19X29 CM (ESPESSURA 14CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021 (Fechamento das áreas onde retirou-se portas e janelas)	M2	38,11	R\$ 87,97	R\$ 110,16	R\$ 4.198,27
CDHU-199	19.01.064	2.2.6	Peitoril e/ou soleira em granito, espessura de 2 cm e largura de 21 cm até 30 cm, acabamento polido	M	1,60	R\$ 207,44	R\$ 259,76	R\$ 415,61
CDHU-199	17.02.020	2.2.7	Chapisco (Fechamento das áreas)	M2	76,22	R\$ 7,15	R\$ 8,95	R\$ 682,45
CDHU-199	17.02.220	2.2.8	Reboco (fechamento das áreas + local de retirada das pastilhas)	M2	77,54	R\$ 13,32	R\$ 16,68	R\$ 1.293,29
CDHU-199	24.20.020	2.2.9	Recolocação de esquadrias metálicas	M2	1,32	R\$ 45,31	R\$ 56,74	R\$ 74,89
CDHU-199	38.19.020	2.2.10	Eletroduto de PVC corrugado flexível leve, diâmetro externo de 20 mm (2 Banheiros)	M	10,00	R\$ 17,37	R\$ 21,75	R\$ 217,51
CDHU-199		2.2.11	Caixa em PVC de 4' x 2'	UN	2,00	R\$ 16,10	R\$ 20,16	R\$ 40,32
CDHU-199	39.03.160	2.2.12	Cabo de cobre de 1,5 mm², isolamento 0,6/1 kV - isolação em PVC 70°C	M	20,00	R\$ 3,20	R\$ 4,01	R\$ 80,14
CDHU-199	40.05.020	2.2.13	Interruptor com 1 tecla simples e placa	UN	2,00	R\$ 30,86	R\$ 38,64	R\$ 77,29
CHDU-199	04.11.120	2.2.14	Retirada de torneira ou chuveiro (torneiras)	UN	2,00	R\$ 7,75	R\$ 9,70	R\$ 19,41
CDHU-199	44.03.315	2.2.15	Torneira de mesa com bica móvel e alavanca	UN	2,00	R\$ 101,43	R\$ 127,01	R\$ 254,02
CHDU-199	04.11.140	2.2.16	Retirada de sifão ou metais sanitários diversos (2 vasos e 2 pias)	UN	4,00	R\$ 11,92	R\$ 14,93	R\$ 59,70
SINAPI	86943	2.2.17	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA SUSPENSO, 29,5 X 39CM OU EQUIVALENTE, PADRÃO POPULAR, INCLUSO SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA E ENGATE FLEXÍVEL 30CM EM PLÁSTICO E TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020 (exceto torneira que já foi subtraída do valor do item - Cód. insumo 013415)	UN	2,00	R\$ 188,26	R\$ 235,74	R\$ 471,48
SINAPI	95470	2.2.18	VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL COM LOUÇA BRANCA, INCLUSO CONJUNTO DE LIGAÇÃO PARA BACIA SANITÁRIA AJUSTÁVEL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020 (sem furo frontal)	UN	2,00	R\$ 297,63	R\$ 372,69	R\$ 745,38
SINAPI	87271	2.2.19	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 25X35 CM APLICADAS A MEIA ALTURA DAS PAREDES. AF_02/2023_PE (2 Banheiros, altura de 1,85 m)	M2	28,09	R\$ 68,28	R\$ 85,50	R\$ 2.401,70
CDHU-199	33.10.030	2.2.20	Tinta acrílica antimoho em massa, inclusive preparo (banheiros internos, teto e parede frontal externa)	M2	35,28	R\$ 35,09	R\$ 43,94	R\$ 1.550,19
CDHU-199	44.03.920	2.2.21	Ducha higiênica com registro	UN	2,00	R\$ 248,02	R\$ 310,57	R\$ 621,14
CDHU-199	44.03.180	2.2.22	Dispenser toalheiro em ABS, para folhas	UN	2,00	R\$ 67,36	R\$ 84,35	R\$ 168,70
CDHU-199	44.03.130	2.2.23	Saboneteira tipo dispenser, para refil de 800 ml	UN	2,00	R\$ 67,42	R\$ 84,42	R\$ 168,85
SINAPI	100875	2.2.24	BANCO ARTICULADO, EM ACO INOX, PARA PCD, FIXADO NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00	R\$ 1.062,06	R\$ 1.329,91	R\$ 2.659,82
CDHU-199	30.01.010	2.2.25	Barra de apoio reta, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/2 (medidas variáveis - vide projeto - banheiros, salas de aula e sala dentista)	M	18,20	R\$ 221,06	R\$ 276,81	R\$ 5.037,97
CDHU-199	30.06.061	2.2.26	Sistema de alarme PNE com indicador audiovisual, para pessoas com mobilidade reduzida ou cadeirante	CJ	2,00	R\$ 287,69	R\$ 360,25	R\$ 720,49
SINAPI	91314	2.2.27	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO POPULAR, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019 - (abertura para fora)	UN	2	R\$ 1.069,17	R\$ 1.338,81	R\$ 2.677,63
CDHU-199	23.20.120	2.2.28	Guarnição de madeira		12,6	R\$ 8,78	R\$ 10,99	R\$ 138,53
CDHU-199	13.13.001	2.2.29	Porta lisa de madeira, interna "PIM", para acabamento em pintura, padrão dimensional médio/pesado, com ferragens, completo - 80 x 210 cm - (Adaptar medidas com os portais existentes)	UN	20,00	R\$ 620,98	R\$ 777,59	R\$ 15.551,82
CDHU-199	23.20.110	2.2.30	Visor fixo e requadro de madeira para porta, para receber vidro (26x115 cm)	M2	5,98	R\$ 1.897,54	R\$ 2.376,10	R\$ 14.209,08
CDHU-199	26.02.020	2.2.31	Vidro temperado incolor de 6 mm	M2	5,98	R\$ 251,40	R\$ 314,80	R\$ 1.882,52
CDHU-199	33.12.011	2.2.32	Esmalte à base de água em madeira, inclusive preparo	M2	59,76	R\$ 42,22	R\$ 52,87	R\$ 3.159,38
CDHU-199	97.02.036	2.2.33	Placa de identificação em PVC com texto em vinil (SIA na porta dos 2 banheiros)	M2	0,05	R\$ 336,36	R\$ 421,19	R\$ 18,95
CDHU-199	30.04.020	2.2.34	Revestimento sintético de borracha ou PVC colorido, para sinalização tátil de alerta / direcional - colado (269 direcionais e 81 alertas)	M2	23,52	R\$ 205,31	R\$ 257,09	R\$ 6.046,74

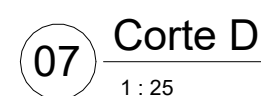
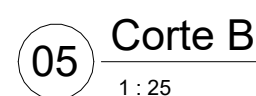
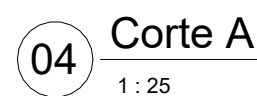
EMEI FAUZA JORGE DAVID								
		3	ACESSIBILIDADE - FAUZA JORGE DAVID					R\$ 3.982,59
		3.1	MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS					R\$ 591,04
CDHU-199	04.11.030		Retirada de bancada incluindo pertences	M2	0,68	R\$ 63,44	R\$ 79,44	R\$ 53,62
CDHU-199	19.01.022	2.1.1	Revestimento em granito, espessura de 2 cm, acabamento polido (PARA BALCÃO ACESSÍVEL DA SECRETARIA). Medidas: 150 x 45 cm	M2	0,68	R\$ 490,99	R\$ 614,82	R\$ 415,00
CDHU-199	38.23.310	2.1.2	Mão francesa dupla, galvanizada a fogo, L= 300 mm	UN	2,00	R\$ 48,88	R\$ 61,21	R\$ 122,42
		2.2	BANHEIROS PNE / PÁTIO					R\$ 3.391,55
CHDU-199	04.11.140	2.2.15	Retirada de sifão ou metais sanitários diversos (2 vasos)	UN	2,00	R\$ 11,92	R\$ 14,93	R\$ 29,85
SINAPI	95470	2.2.17	VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL COM LOUÇA BRANCA, INCLUSO CONJUNTO DE LIGAÇÃO PARA BACIA SANITÁRIA AJUSTÁVEL - FORNECIMENTO E	UN	2,00	R\$ 297,63	R\$ 372,69	R\$ 745,38
CDHU-199	30.01.010	2.2.18	Barra de apoio reta, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/2 (medidas variáveis - vide projeto - banheiros, salas de aula e sala dentista)	M	3,00	R\$ 221,06	R\$ 276,81	R\$ 830,43
CDHU-199	30.06.061	2.2.12	Sistema de alarme PNE com indicador audiovisual, para pessoas com mobilidade reduzida ou cadeirante	CJ	2,00	R\$ 287,69	R\$ 360,25	R\$ 720,49
CDHU-199	44.03.180	2.2.19	Dispenser toalheiro em ABS, para folhas	UN	2,00	R\$ 67,36	R\$ 84,35	R\$ 168,70
CDHU-199	44.03.130	2.2.20	Saboneteira tipo dispenser, para refil de 800 ml	UN	2,00	R\$ 67,42	R\$ 84,42	R\$ 168,85
CDHU-199	97.02.036	2.2.22	Placa de identificação em PVC com texto em vinil (SIA na porta dos 2 banheiros)	M2	0,05	R\$ 336,36	R\$ 421,19	R\$ 18,95
CDHU-199	30.04.020	2.2.24	Revestimento sintético de borracha ou PVC colorido, para sinalização tátil de alerta / direcional - colado (10 direcionais e 15 alertas)	M2	1,64	R\$ 205,31	R\$ 257,09	R\$ 421,79
CDHU-199	30.04.030		Piso em ladrilho hidráulico podotátil várias cores (25x25cm), assentado (9 direcionais e 17 alertas)	M2	1,71	R\$ 134,38	R\$ 168,27	R\$ 287,11
TOTAL								R\$ 73.934,21

ARAMINA, 23 DE FEVEREIRO DE 2026

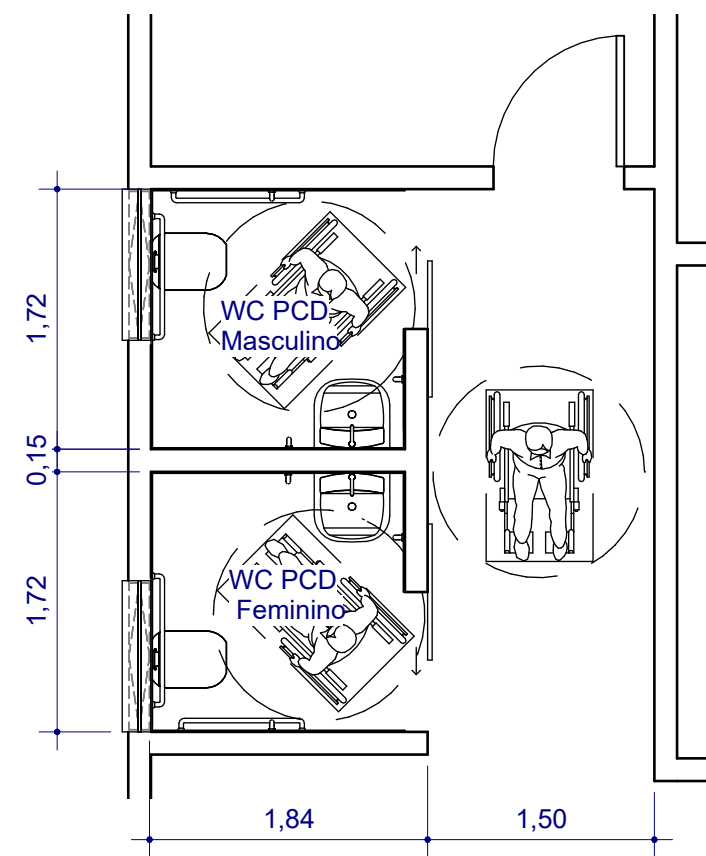
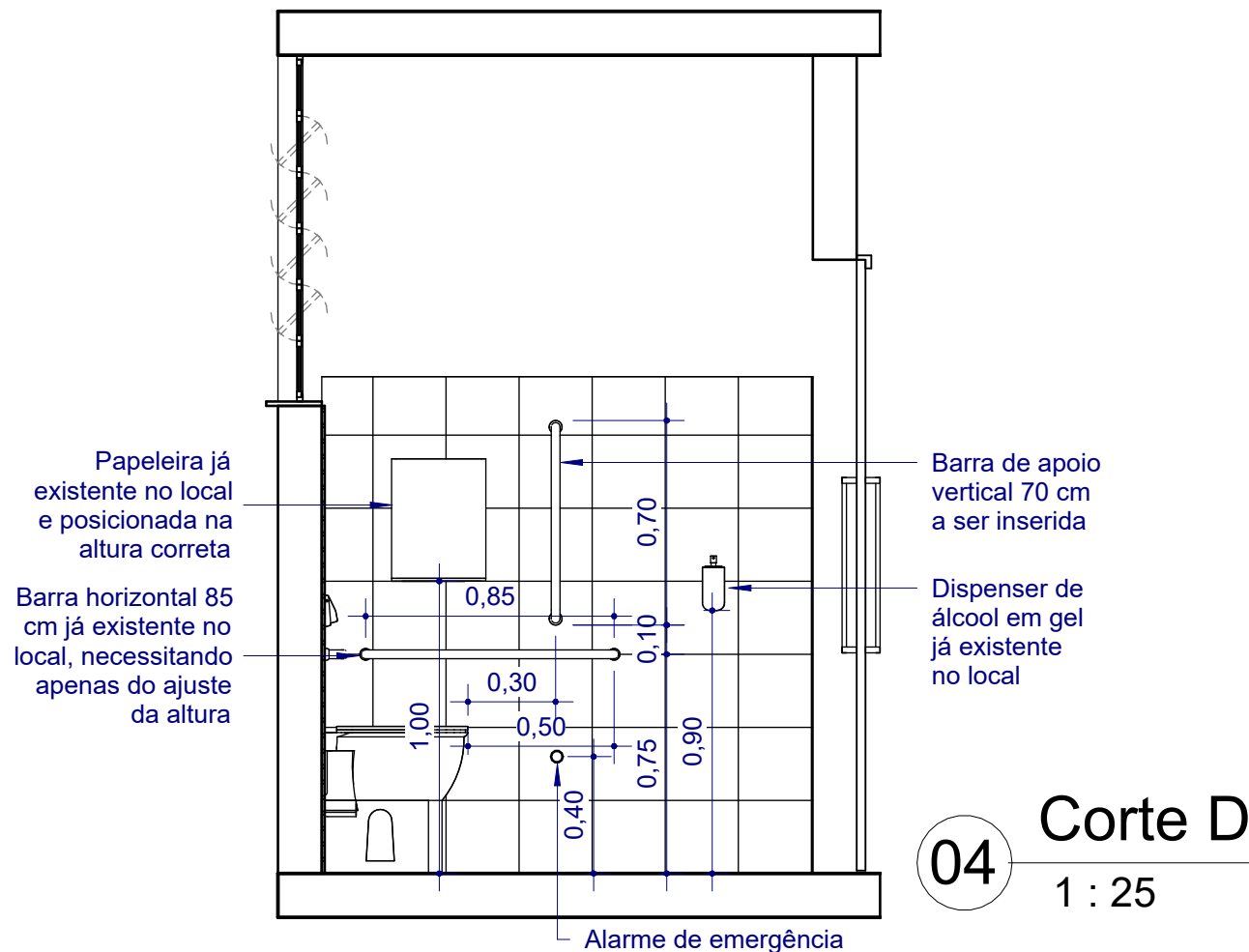
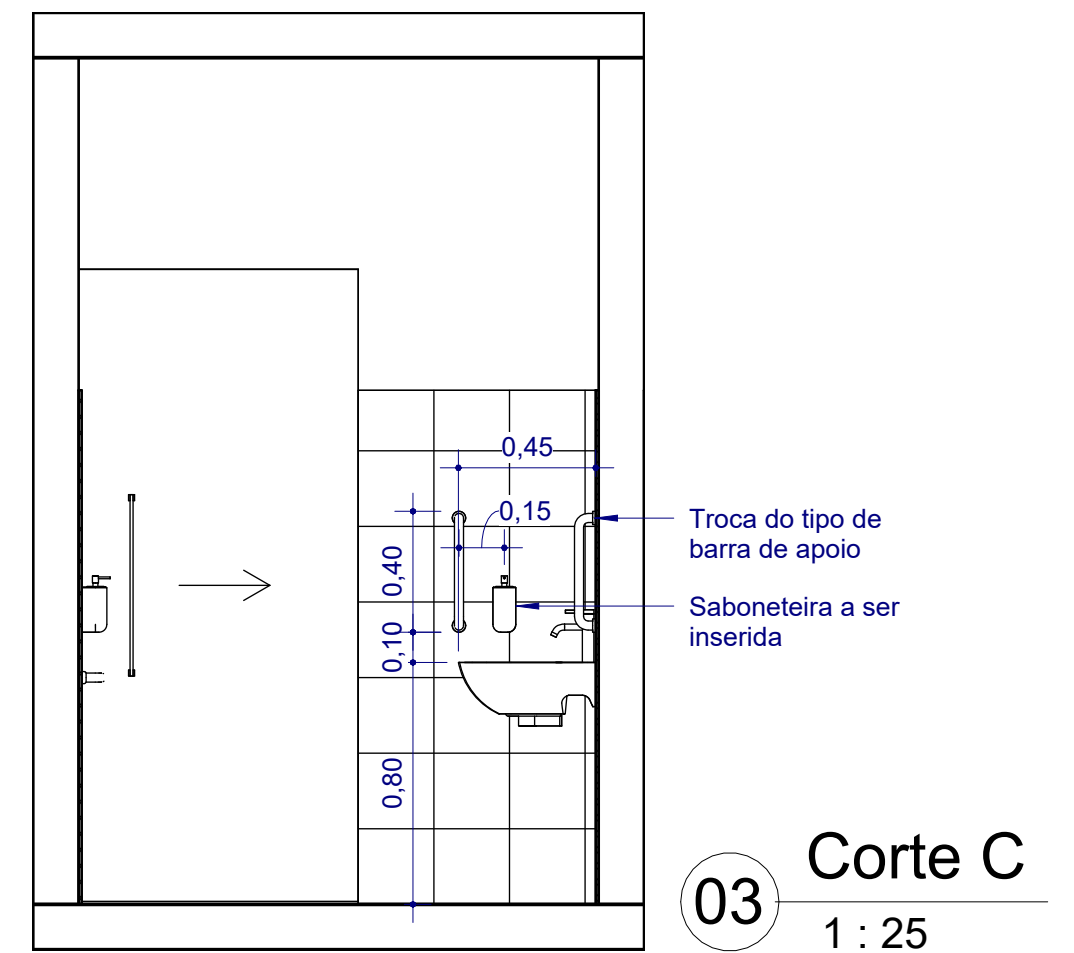
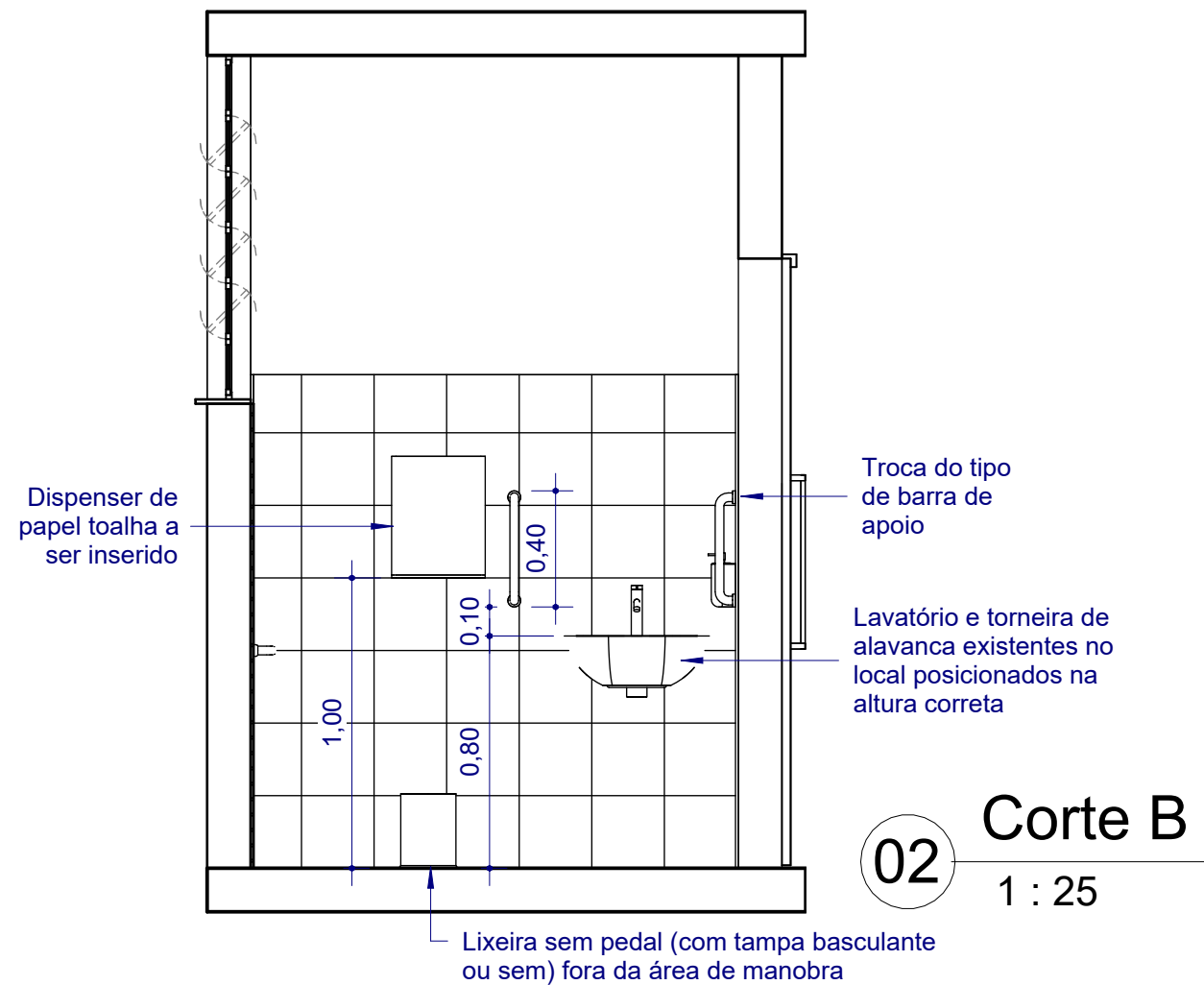
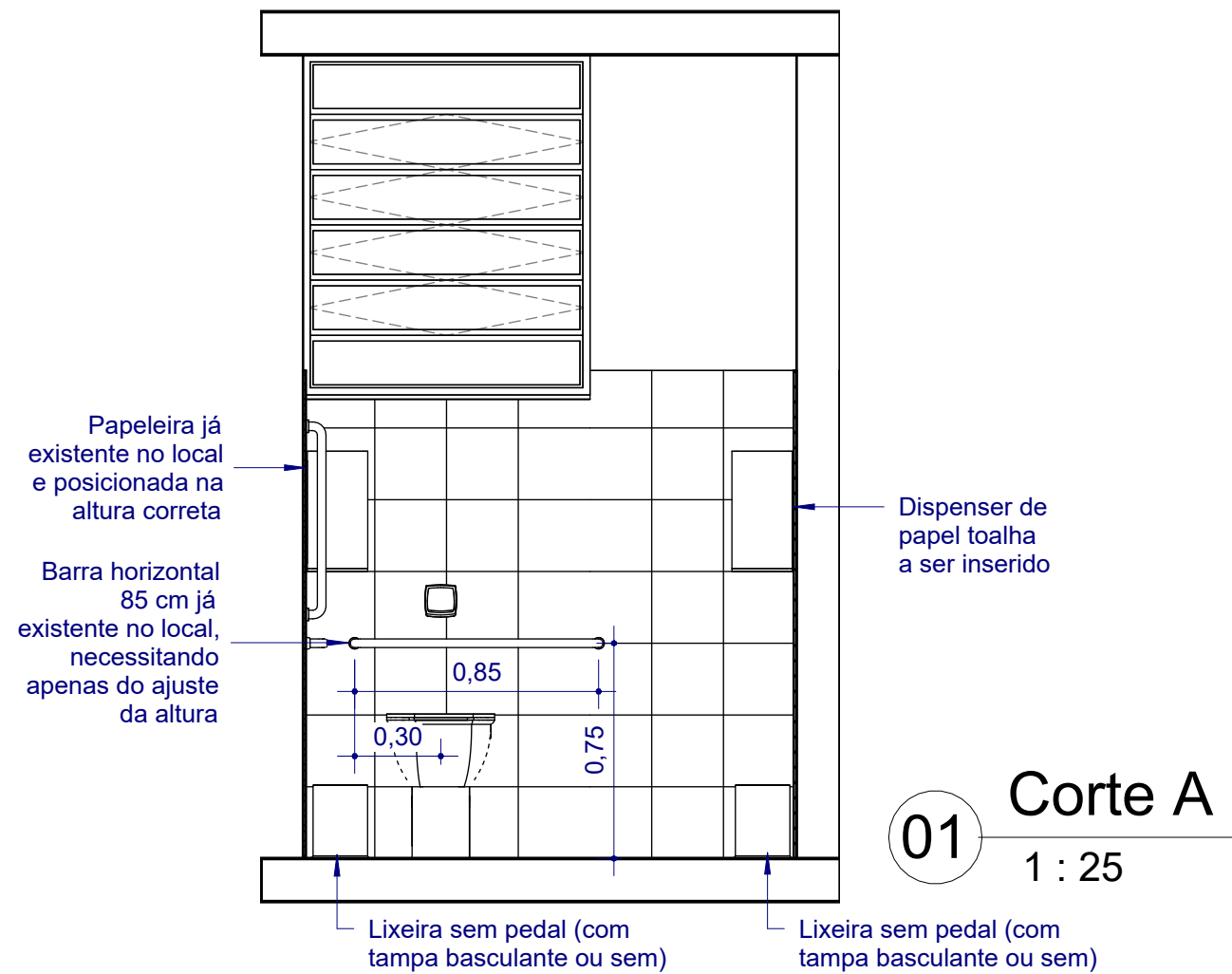
Me. KLEVERTON R. COSTA
ENGENHEIRO CIVIL- DEP. ENGENHARIA
CREA 5069989697



Itens a serem comprados	Quantidade
Barra de apoio 80 cm	4 unid.
Barra de apoio 70 cm	6 unid.
Barra de apoio 60 cm	2 unid.
Barra de apoio 40 cm	4 unid.
Dispenser de papel toalha	2 unid.
Saboneteira	2 unid.
Bacia sanitária	2 unid.
Torneira de alavanca	2 unid.
Banco articulado	2 unid.
Alarme de emergência	2 unid.
Lixeira sem pedal	4 unid.
Ducha Higienica	2 unid.
Válvula de descarga	1 unid.
Porta PCD	2 unid.
Janela Basculante 60x60 cm	2 unid.
SIA	2 unid.

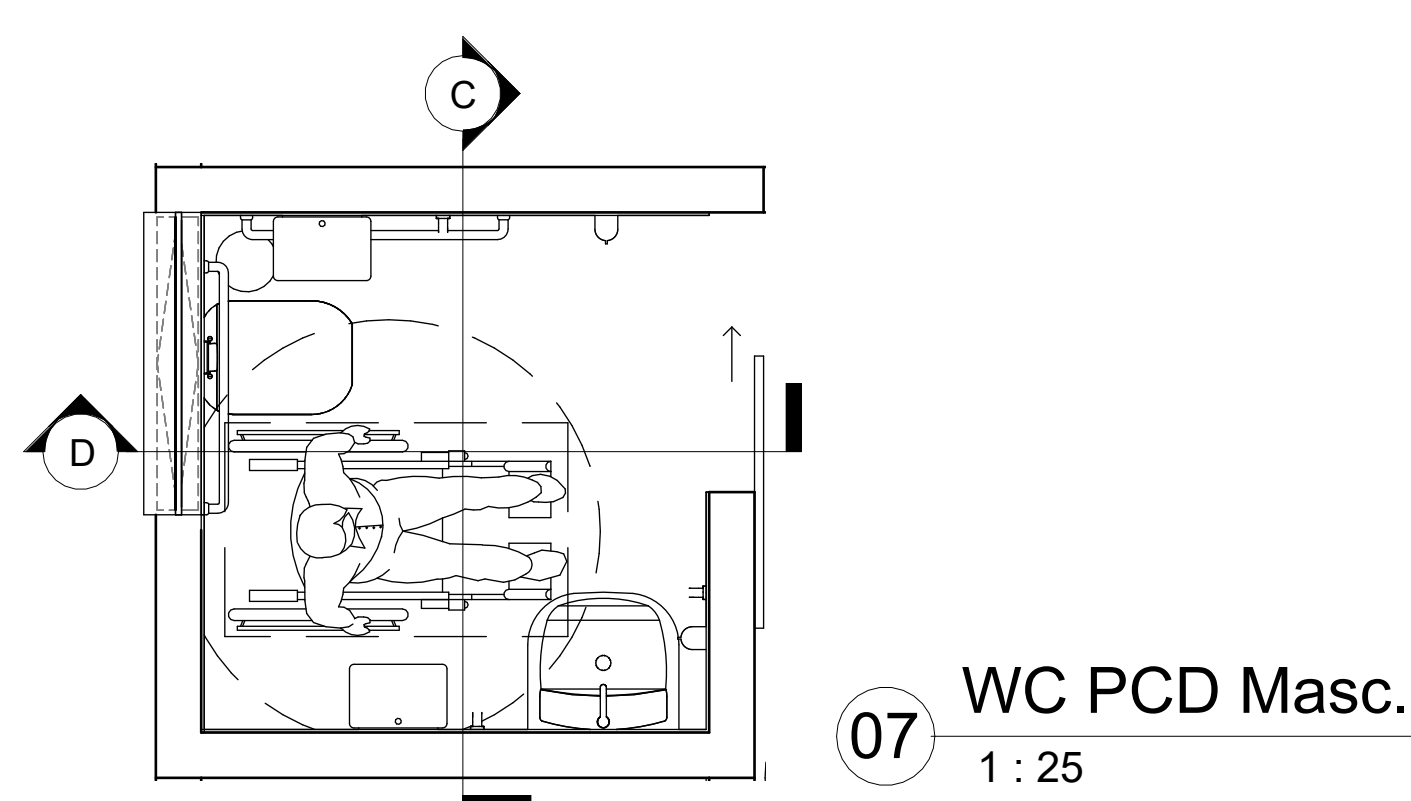
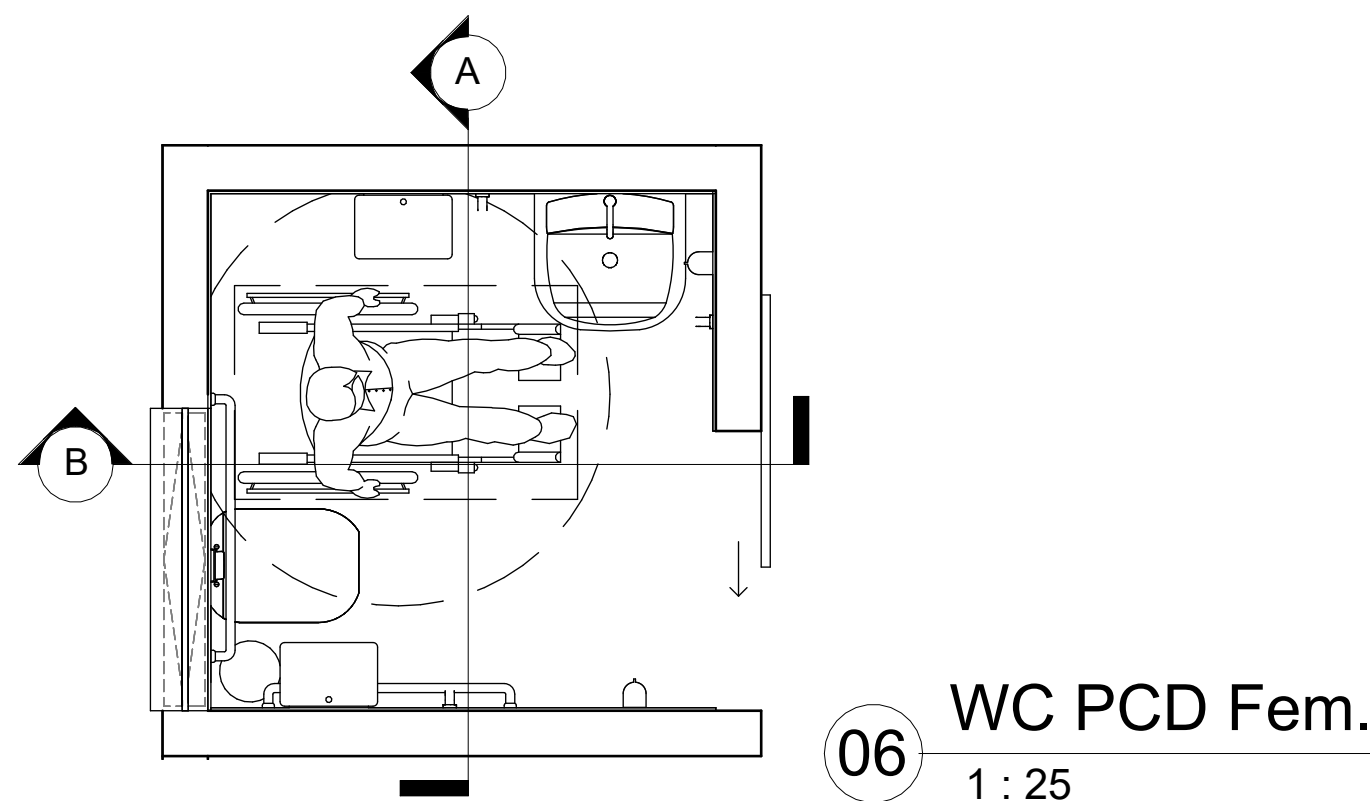


DESENHISTA: LORENA MENDONÇA (estagiária)



Itens a serem comprados	Quantidade
Barra de apoio 70 cm	2 unid.
Barra de apoio 40 cm	4 unid.
Dispenser de papel toalha	2 unid.
Saboneteira	2 unid.
Alarme de emergência	2 unid.
Lixeira sem pedal	2 unid.
Bacia sanitária	2 unid.
SIA	2 unid.

05 Planta Baixa
1 : 50



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

RUA BRÁULIO DE ANDRADE JUNQUEIRA Nº 795 - CENTRO
TEL.: (16) 3752-7043 E-MAIL: engenharia@aramina.sp.gov.br

PROJETO DE ADEQUAÇÃO DE ACESSIBILIDADE

EMEI Fauza Jorge David

FOLHA

A1 01/01

OBRA: ADEQUAÇÃO DE ACESSIBILIDADE EM BANHEIROS PCD

LOCAL: AV. ANTÔNIA RIOS QUÉRCIA , 1509, CONJ. HAB. CELSO TORREZAN

PROP.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA - SP
CNPJ: 45.323.474/0001-02

ESCALA: INDICADA

SETEMBRO/2025

DECLARO PARA FINS DE DIREITO TER CIÊNCIA DE QUE TODO RESÍDUO SÓLIDO DA CONSTRUÇÃO CIVIL DEVERÁ SER ENCAMINHADO AO ATERRO ADEQUADO CONFORME AS NORMATIVAS MUNICIPAIS

PROJETO:

Me. KLEVERTON R. COSTA
CREA - SP: 5069989697

PROPRIETÁRIO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA - SP
PREFEITO LUIS SÉRGIO CELESTE JORGE

ÁREA:

CADA BANHEIRO 3,16 m²
TOTAL 6,32 m²

DESENHISTA: LORENA MENDONÇA (estagiária)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA

ADAPTAÇÕES DE ACESSIBILIDADE DAS ESCOLAS EMEI ARAMINA E EMEI
FAUSA JORGE DAVID.

CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO

ETAPAS DA OBRA	VALORES R\$	PERCENTUAL %	MÊS 1		MÊS 2		TOTAL	
			VALOR	PERCENTUAL	VALOR	PERCENTUAL	VALOR	PERCENTUAL
SERVIÇOS PRELIMINARES	1.764,63	2,39%	R\$ 1.764,63	100,00%			R\$ 1.764,63	100,00%
RECEPÇÃO / SECRETARIA	1.381,85	1,87%			R\$ 1.381,85	100,00%	R\$ 1.381,85	100,00%
BANHEIROS PNE /SALAS DE AULA / PÁTIO	66.805,14	90,36%	R\$ 8.183,76	12,25%	R\$ 58.621,38	87,75%	R\$ 66.805,14	100,00%
MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS	591,04	0,80%	R\$ 591,04	100,00%			R\$ 591,04	100,00%
BANHEIROS PNE E PÁTIO	3.391,55	4,59%	R\$ 3.391,55	100,00%			R\$ 3.391,55	100,00%
TOTAL	73.934,21	100,00%	R\$ 9.948,39	13,46%	R\$ 60.003,23	81,16%	R\$ 73.934,21	100,00%

ARAMINA, 23 DE FEVEREIRO DE 2026

Me. KLEVERTON R. COSTA
ENGENHEIRO CIVIL - DEP. ENGENHARIA